

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



**GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS**

PROJETO DE LEI Nº

478/2012

**Súmula:** Estabelece critérios para a concessão dos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito do Paraná.

**Art. 1º** A concessão dos títulos de Cidadão Honorário do Paraná e de Cidadão Benemérito do Paraná obedecerá aos critérios estabelecidos por esta Lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** No momento da propositura além do currículo devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar a reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado.

**Art. 2º** O indicado ao título de Cidadão Honorário do Paraná deverá satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos:

- I – não ter nascido no Paraná;
- II – residir, ou ter residido, no Paraná por período superior a quatro anos;
- III – ter praticado atos de relevante interesse social para a população do Paraná;
- IV – ser pessoa de notório reconhecimento público;
- V – ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
- VI – possuir idoneidade moral e reputação ilibada.

**Art. 3º** O indicado ao título de Cidadão Benemérito do Paraná deverá satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos:

- I – ter nascido no Paraná;
- II – residir ou ter residido no Paraná;
- III – ter praticado atos de relevante interesse social para a população do Paraná;
- IV – ser pessoa de notório reconhecimento público;
- V – ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
- VI – possuir idoneidade moral e reputação ilibada

**Art. 4º** Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei propondo a concessão de títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

**§ 1º.** Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

**§ 2º.** O partido político que possuir até 03 (três) deputados representando-o na Assembleia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

**§ 3º.** A deliberação do partido político para concessão do título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será tomada em reunião de bancada e por deliberação da maioria absoluta dos deputados que o representem e tem assento na Assembleia Legislativa.

**Art. 5º.** O projeto de lei de concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito serão aprovados com a presença de maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa e maioria relativa dos votos.

**Art. 6º.** É vedada a concessão dos títulos de que trata esta Lei a detentores de mandato eletivo e a ocupante de cargo de provimento em comissão na Administração Pública.

**Art. 7º.** É ainda vedada a concessão dos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito do Paraná no período compreendido entre noventa dias anterior as eleições realizadas em âmbito estadual.

**Art. 8º.** Revogam-se as Leis nº 13.115 de 14 de fevereiro de 2001, 14.677 de 06 de abril de 2005, 15.523 de 05 de junho de 2007 e 16.213 de 17 de agosto de 2009.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2.012.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

**OBS:** Justificativa em anexo.

**Elaboração:** Cerimonial (Josiel) / NCT – Blocos Parlamentares.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**

2012



**GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS**

**PROJETO DE LEI Nº**

**Súmula:** Estabelece critérios para a concessão dos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito do Paraná.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto tem por escopo regular e dar critério à outorga de Título de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná, suprir lacunas quanto ao entendimento desta outorga, conceituando e diferenciando o título de Cidadão Honorário do Benemérito.

O conceito da honraria é premiar alguém que ao longo da sua vida tenha tido uma atuação exemplar em prol da sociedade em algum segmento, contribuindo de forma notável e relevante.

A intenção também é criar critérios mais objetivos e claros na concessão dos títulos de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná, com análise inicial criteriosa para evitar a banalização de tais outorgas e evitar maiores constrangimentos.

Os títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito do Paraná foram criados para premiar aqueles que prestaram "relevantes serviços ao Paraná" e estimular atitudes exemplares. O agraciado deverá ser pessoa de notório reconhecimento público e possuir idoneidade moral e reputação ilibada.

As honrarias têm denominações diferentes porque tem como critério, o local de nascimento do homenageado.

O título de cidadão benemérito é destinado a pessoas que nasceram no Paraná, que residem ou residiram no Paraná, deverão ter praticado atos de relevante interesse social para a população do Paraná, ser pessoa de notório reconhecimento público e de ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais e também deverão possuir idoneidade moral e reputação ilibada.

Já o diploma de cidadão honorário é indicado para os que têm origem (nascidos) em outros estados e poderão ou não residir no Paraná, por período superior a quatro anos, deverão ter praticado atos de relevante interesse social para a população do Paraná, ser pessoa de notório reconhecimento público, deverão ter ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais e também possuir idoneidade moral e reputação ilibada.

Toda honraria tem por fim incentivar e valorizar por meio dela, aqueles que de algum modo, contribuíram efetivamente de forma significativa para o bem comum. Ao regular e diferenciar tais títulos, nada mais justo, legitimamos e asseguramos o direito e a legalidade do seu significado, abalizando e assegurando respeitabilidade e confiança a quem outorga, assim como aos agraciados merecedores de tais honrarias.

Por fim, conclamamos todos os nobres pares Parlamentares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a procederem ao devido apoio a presente Proposição, por se tratar de matéria das mais justas e meritórias em benefício de todos os paranaenses.

**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 478/2012**

**Projeto de Lei nº 478/2012**  
**Autor: Deputado Paranhos**

**Súmula:** ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO DOS TÍTULOS DE CIDADÃO HONORÁRIO E DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ.

**EMENTA:** TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO E CIDADÃO BENEMÉRITO. ESTABELECE REQUISITOS NOVOS PARA A CONCESSÃO. REVOGA LEIS ESTADUAIS 13.115/01, 14.667/05, 15.523/07 E 16.213/09. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ART. 124 REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA ANEXA.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Paranhos, tem por objetivo estabelecer critério e requisitos para a concessão de títulos de cidadão honorário e de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Atualmente, a concessão dos títulos é feita por meio da Lei 13.115 de 14/02/2001, alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009, dispondo o seguinte:



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:  
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Entende o nobre parlamentar autor da presente proposição que é necessário "criar critérios mais objetivos e claros na concessão dos títulos de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná, com análise inicial criteriosa para evitar a banalização de tais outorgas e evitar maiores constrangimentos" (fls. 04).

Conforme previsão constitucional (Art. 65 da Constituição Estadual) e regimental (Art. 124 do Regimento Interno) o Deputado detém legitimidade para apresentação do presente projeto, sendo que a análise com relação à critérios, bem como conveniência e adequação do presente projeto de lei, inserem-se no seu mérito, não



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

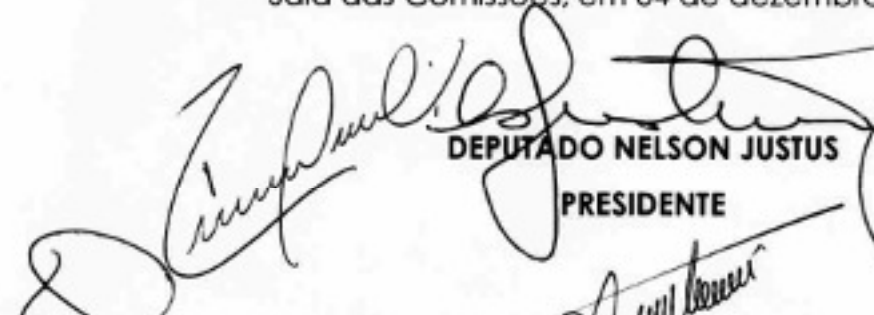
sendo de competência desta Comissão, que se limita à verificação da constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente e da técnica legislativa utilizada (art. 33-A, I, do Regimento Interno).


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, na forma da Emenda Modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**  
**RELATOR**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

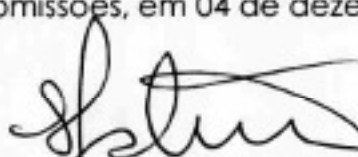
**Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 478/2012**

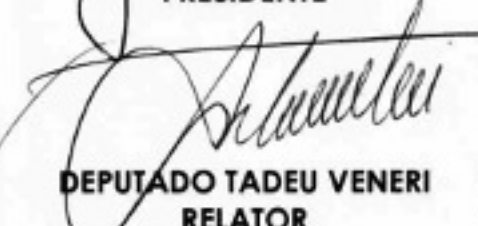
Amparado pelo artigo 29, III c/c artigo 136, ambos do Regimento Interno, apresenta-se a presente Emenda para dar a seguinte redação ao parágrafo único do Art. 1º do Projeto de Lei nº 478/2012, de autoria do Deputado Paranhos:

**"Art. 1º (...)**

**Parágrafo único.** No momento da propositura, além do currículo, deve ser anexada **certidão de antecedentes criminais**, com a finalidade de comprovar a reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado."

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

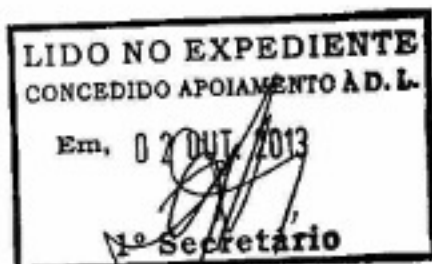
  
**DEPUTADO TADEU VENERI**  
**RELATOR**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gab. Deputado Elio Rusch*



PROJETO DE LEI Nº 479/13



**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento Turístico Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, com sede e foro no município e Comarca de Santa Helena – PR.

**Art. 1º.** Fica declarado de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento Turístico Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, com sede e foro no município de Santa Helena.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02 de Outubro de 2013

**ELIO RUSCH**

**DEPUTADO ESTADUAL**

15134 02/10/2013 080502 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gab. Deputado Elio Rusch*



**JUSTIFICATIVA**

Com muita honra submeto à apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de **utilidade pública** a Agência de Desenvolvimento Turístico Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, com sede e foro na cidade e comarca de Santa Helena, neste Estado.

Trata-se de entidade de direito privado, sem qualquer caráter político, racial ou de fins lucrativos, que tem objetivo de ser órgão gestor e de apoio às atividades, projetos e iniciativas de turismo na sua região de abrangência, visando a orientação e estímulo dos associados para atuarem na construção do desenvolvimento sustentável do turismo local e regional.

Considerando os elevados objetivos da entidade, bem como o cumprimento de todos os requisitos para concessão de ente de utilidade pública, inclusive a apresentação da documentação completa, conclamo aos excelentíssimos pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.

Sala das Sessões, em 02 de Outubro de 2013

  
**ELIO RUSCH**  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 479/2013**

**Projeto de Lei nº. 479/2013**  
**Autor: Deputado Elio Rusch**

***Súmula: Declara de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento Turístico Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, com sede e foro no Município de Santa Helena – PR.***

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
– LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS  
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Agência de Desenvolvimento Turístico Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu**, com sede e foro no Município de Santa Helena, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, observou-se que o mesmo não esta de acordo com a Lei nº 17.826/2013.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

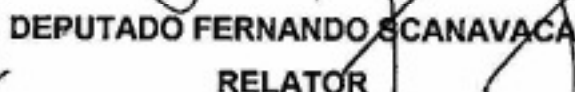


CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de Agosto de 2014.

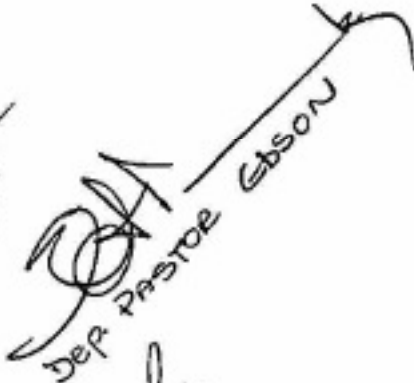
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
DEP. BRANDO JR.

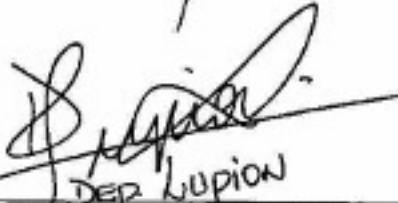
  
DEP. ROMANELLI

  
DEP. TERCILIO

  
DEP. PASTOR GIBSON


  
DEP. RIBAS

  
DEP. TADEU

  
DEP. LUPION

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

05108114 

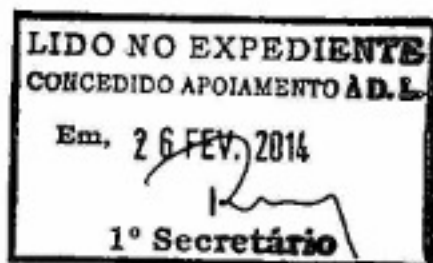




**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



PROJETO DE LEI Nº 94/14



Inserir o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro e a Semana do Educador Social.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro.

Art. 2º A data instituída no artigo anterior passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º O dia 19 de setembro marcará o início da Semana do Educador Social no Estado do Paraná.

Art. 4º A Semana do Educador Social terá como referência atividades e debates quanto à função, formação e interação através de atividades artísticas, esportivas, culturais e de lazer, favorecendo a troca de experiência entre os educadores, em especial no dia 19 de setembro.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2014.

Jader Veneri  
Deputado Estadual



### JUSTIFICATIVA

O Educador Social atua como agente transformador, pois cabe a este profissional atuar junto aos educandos de maneiras para uma significativa mudança na comunidade.

Compete ao Educador Social atuar junto a pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência e exploração física, psicológica ou prejudicada pela exclusão social, na preservação cultural e na promoção de povos e de comunidades remanescentes e tradicionais.

Ainda, o Educador Social atua ativamente na realização de atividades sociais e educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens em conflito com a lei.

Tem papel decisivo em programas e projetos educativos destinados à população carcerária, no atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais, no enfrentamento à dependência de drogas e nas atividades sociais e educativas para terceira idade, bem como na promoção da cidadania e da educação ambiental e cultural.

A inserção no calendário Oficial do dia 19 de setembro como data comemorativa e inicial da semana do Educador Social, vai ao encontro da necessidade de valorizar estes agentes que tanto contribuem para o enfrentamento da dívida social brasileira, tendo como objetivo suscitar importantes debates acerca da educação no seu sentido mais amplo, com a abrangência que lhe dá o art. 1º da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respondendo ao genuíno atendimento de interesses e necessidades sociais de nosso tempo.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2014.



Tadeu Veneri  
Deputado Estadual



**PARECER AO PROJETO DE LEI 91/2014**

Projeto de Lei nº. 91/2014

Autor: Deputado Tadeu Veneri.

**Súmula:** Insere o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro e a Semana do Educador Social.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DO EDUCADOR SOCIAL E A SEMANA DO EDUCADOR SOCIAL. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia do Educador Social e a Semana do Educador Social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Gabinete Deputado Hermas Junior  
Praça Nossa Senhora de Saete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911  
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170  
Site: [www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)



**Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao**





Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da oça preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde,**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.





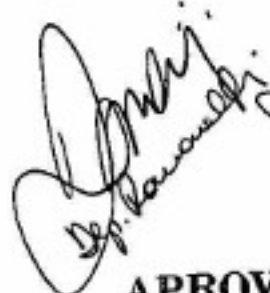

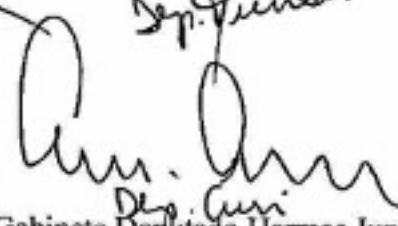
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR  
RELATOR

  
  
  
  
  
  
  
**APROVADO**


13/05/14

Gabinete Deputado Hermas Junior

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41) 3350-4170

Site: [www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)





PROJETO DE LEI

322/14

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Aprova ajuste orçamentário,  
com acréscimo no Programa de Obras.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

**Art. 1º** Fica aprovado um ajuste orçamentário ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 87.641.217,00,00 (oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, duzentos e dezessete reais), conforme Anexos I e II desta Lei.

**Art. 2º** Em decorrência do contido no artigo anterior, fica alterado o Programa de Obras, conforme Anexo III desta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I ACRÉSCIMO I DE DESPESA		ANEXO I ANEXO À LEI Nº				Fl. 01 R\$ 1,00	I
I Cód.	I	Especificação	I Natureza I da I Despesa	I Fonte I I	I Gr I I	I AL I I	I N.do I Proc I COP
I 6900	I	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I	I
I	I	HÍDRICOS	I	I	I	I	I
I	I		I	I	I	I	I
I 6933	I	INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ	I	I	I	I	I
I 4291	I	GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO	I	I	I	I	I
I	I	AMBIENTAL	I 44905100	I 281	I 95	I L	I 87.641.217 I 1183
Total						I 87.641.217	I

I REDUÇÃO I DE DESPESA		ANEXO II ANEXO À LEI Nº				Fl. 01 R\$ 1,00	I
I Cód.	I	Especificação	I Natureza I da I Despesa	I Fonte I I	I Gr I I	I AL I I	I N.do I Proc I COP
I 6900	I	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I	I
I	I	HÍDRICOS	I	I	I	I	I
I	I		I	I	I	I	I
I 6933	I	INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ	I	I	I	I	I
I 4291	I	GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO	I	I	I	I	I
I	I	AMBIENTAL	I 44905200	I 281	I 95	I L	I 87.641.217 I 1183
Total						I 87.641.217	I

I ACRÉSCIMO I DE OBRAS		ANEXO III ANEXO À LEI Nº				Fl. 02 R\$ 1,00	I
I Código	I	Especificação	I Fonte I	I Gr I	I AL I	Valor	I Processo I
I 6900	I	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I	I
I	I	HÍDRICOS	I	I	I	I	I
I	I		I	I	I	I	I
I 6933	I	INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ	I	I	I	I	I
I 4291	I	GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO	I	I	I	I	I
I	I	AMBIENTAL	I	I	I	I	I
I 915	I	METROPOLITANA DE CURITIBA	I	I	I	I	I
I 0018	I	Executar obras de drenagem para controle de erosão	I 281	I 95	I L	I 87.641.217	I 1183
TOTAL			I O.F.	I	I L	I 87.641.217	I



MENSAGEM  
Nº 65/2014

Curitiba, 01 de julho de 2014.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 07 JUL. 2014

1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 07/07/2014

Presidente

Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que solicita a aprovação de um ajuste orçamentário com obras, no valor de R\$ 87.641.217,00 (oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, duzentos e dezessete reais), ao vigente orçamento do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, para atender despesas com obras de controle de erosão, combate a cheias, canalização em efluentes dos Rios Ressaca, Palmital, Mascate e construção de bacias de amortecimento de cheias.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura deste ajuste são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL/Prot. 13.245.830-8





**PARECER**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o Projeto de Lei n. 322/2014, Mensagem nº 65/2014 na sua origem, de autoria do PODER EXECUTIVO que *'Aprova ajuste orçamentário com acréscimo no programa de obras'*

**RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL PEDRO LUPION.**

**i. Relatório.**

Trata-se de Mensagem oriunda do Poder Executivo de n. 65/2014, que após lida em expediente e recebida o apoio necessário foi devidamente autuada como Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 322/2014. Conforme a consta da súmula, o PLO objetiva a aprovação de um ajuste orçamentário com obras, no valor de R\$ 87.641.217,00 (oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, duzentos e dezessete reais), ao vigente orçamento do Instituto das Águas do Paraná – AGUASPARANÁ, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, APROVADO PELA Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013.



ii. **Análise e voto.**

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação ao proponente, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Leis conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Com efeito, a Constituição da República em seu artigo 24, inciso II estabelece:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
II - orçamento; (grifo meu).*

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*



**PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ**

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Não diferente é a previsão da Constituição do Estado do Paraná, a qual estabelece em seu artigo 13, inciso II:

*Art. 13. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*II - orçamento; (grifo meu).*

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nos termos da Constituição do Estado do Paraná, artigo 134, seguinte:

*Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.*

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

**iii. Conclusão**

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Ordinária n. 322/2014, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de Julho de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

**(PROVADO)**

09/07/14





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 322/2014**

**RELATÓRIO**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposta de autoria do Poder Executivo através da Mensagem nº 65/2014 que solicita a aprovação de um ajuste orçamentário com obras, no valor de R\$87.641.217,00 (oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, duzentos e dezessete reais), ao vigente orçamento do Instituto das Águas do Paraná – AGUASPARANÁ, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio de seu Relator exarou o competente parecer favorável que foi devidamente aprovado.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Ao analisar o Projeto de Lei em epígrafe, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a destacar que a iniciativa visa atender despesas com obras de controle de erosão, combate a cheias, canalização em efluentes dos Rios Ressaca, Palmital, Mascate e construção de bacias de amortecimento de cheias.

Também, observa-se que o Projeto em tela, esclarece em sua justificativa que os recursos para cobertura deste ajuste são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão. Portanto, não há que se falar em desobediência ao que estabelece a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda na questão orçamentária, é assegurada a competência concorrente aos Estados, consoante o art. 24, inciso II da Constituição Federal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

De igual modo, constata-se que a proposta está em consonância com a Lei Federal nº 4.320/1964. (Lei Orçamentária).

Vale ressaltar também, que a matéria objeto deste Projeto de Lei atende aos arts. 65, 133 e 134 da Constituição do Estado do Paraná, que trata da iniciativa privativa do Governador do Estado.

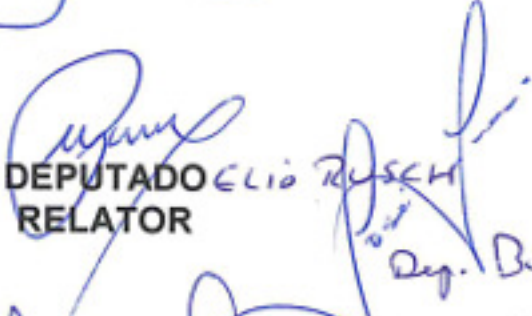
**CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa da matéria em questão, nesta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


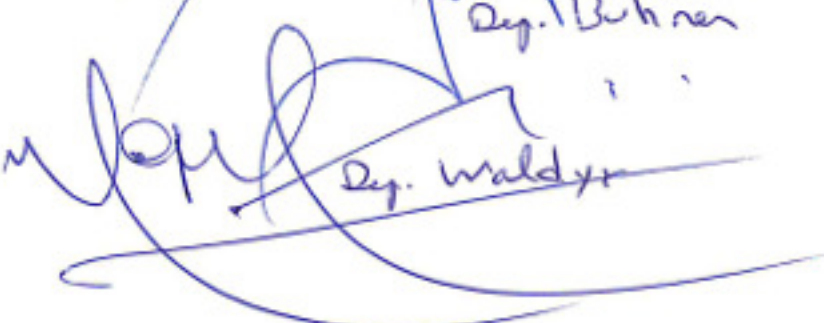
É o parecer.

Sala das Comissões, em 09/07/14

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELCIO RUSEK  
RELATOR

  
Dep. Erni  
  
Dep. Wilson

  
Dep. Buhner  
  
Dep. Waldyr





**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 322/14**  
**Autoria: - Poder Executivo**

**I — RELATÓRIO**

O Projeto de Lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo chefe do Poder Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 65/2014, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “*aprovar ajuste orçamentário com obras, no valor de R\$ 87.641.217,00 (oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, duzentos e dezessete reais)*”, ao vigente orçamento do Instituto das Águas do Paraná – AGUASPARANÁ, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, visando atender despesas com obras de controle de erosão, combate a cheias, canalização em efluentes dos Rios Ressaca, Palmital, Mascate e construção de bacias de amortecimento de cheias.

Os recursos para cobertura deste ajuste são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

**II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER**

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para o ajuste orçamentário ora proposto encontra-se embasada no inciso VII do art. 14 da Lei nº 17.886, de 2013.

Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja *existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*






Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I, II e III.

### III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, ao ajuste orçamentário solicitado.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 14 de julho de 2014.

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
Presidente

  
Relator  
EWO

  
DR. PATRÍCIA

  
ENTO



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI: 335/14

Súmula: Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná

## TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Fica instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, destinado a estabelecer orientações normativas que objetivam assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de equidade de todos os direitos humanos e fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania plena, efetiva e participativa.

**Art. 2º** É dever dos órgãos e entidades do Poder Público do Estado do Paraná, da sociedade, da comunidade e da família, assegurar, com prioridade, às pessoas com deficiência o pleno exercício dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à habilitação e à reabilitação, à previdência social, à assistência social, transporte, cultura, desporto, turismo, lazer, informação e comunicação, acessibilidade, avanços científicos e tecnológicos, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, dentre outros decorrentes da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e demais leis esparsas, que propiciam o bem-estar pessoal, social e econômico.

**Paragrafo único.** O Poder Executivo do Estado do Paraná compromete-se a tomar as medidas necessárias, tanto quanto permitirem os recursos disponíveis, e quando necessário no âmbito da cooperação internacional, nacional, estadual e municipal, a fim de assegurar progressivamente o pleno exercício desses direitos, sem prejuízo das obrigações contidas na presente Lei que forem imediatamente aplicáveis, de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

**Art. 3º** São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em equidade de condições com as demais pessoas.

**Art. 4º** Para fins de aplicação da presente Lei, consideram-se:

I – apoio especial: a orientação, a supervisão, as ajudas técnicas, entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações motoras, sensoriais ou intelectuais da pessoa com deficiência, favorecendo a sua autonomia, de forma a contribuir com sua inclusão social, bem como beneficiar processo de habilitação e reabilitação ou qualidade de vida;

II – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico, visando à melhoria da funcionalidade e qualidade de vida da pessoa com deficiência, como produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados, incluindo-se órteses e próteses, bolsas coletoras para pessoas ostomizadas, material para cateterismo vesical, bloqueadores, protetores, filtros e demais preparados antissolares para terapias, cão-guia, leitores, ledores, entre outros;

III - procedimentos especiais: meios utilizados para auxiliar à pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, exige condições peculiares para o desenvolvimento de atividades, como jornada de trabalho variável, horário flexível, entre outros.

**Art. 5º** São princípios fundamentais da Política Pública Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência:

I – o respeito à dignidade inerente, à autonomia individual, incluindo a liberdade de fazer suas próprias escolhas, e à independência das pessoas;

II – a não discriminação:

III – a inclusão e participação plena e efetiva na sociedade:

IV – o respeito pela diferença e aceitação da deficiência como parte da diversidade e da condição humana;

V – a igualdade de oportunidades;

VI – a acessibilidade:

VII – a igualdade entre homens e mulheres;

VIII – o respeito pela capacidade em desenvolvimento das crianças e adolescentes com deficiência.

**Art. 6** A Política Pública Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência, em consonância com a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, nortear-se-á pelos seguintes princípios:

I – desenvolvimento de ação conjunta entre o Estado e a Sociedade Civil de modo a assegurar a plena inclusão da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural;

II – estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que decorrem da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Constituição do Estado Paraná e demais leis esparsas, propiciando seu bem-estar pessoal, social e econômico;

III – respeito às pessoas com deficiência, que devem receber equidade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados.

**Art. 7º** A Política Pública Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência, em consonância com a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência e com o Programa Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, obedecerá às seguintes diretrizes:

I – promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência;

II – assistência integral à saúde da pessoa com deficiência;

III – prevenção de deficiências;

IV – ampliação e fortalecimento dos mecanismos de informação;

V – organização e funcionamento dos serviços de atenção às pessoas com deficiência;

VI – capacitação de recursos humanos;

VII – estabelecimento de mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa com deficiência;



VIII – adoção de estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados e com organismos nacionais e estrangeiros para a implantação destas políticas públicas;

IX – inclusão da pessoa com deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à seguridade social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

X – viabilização da participação das pessoas com deficiência em todas as fases de elaboração e implementação dessas Políticas, por intermédio de suas entidades representativas e outros fóruns;

XI – ampliação das alternativas de inserção econômica das pessoas com deficiência, proporcionando qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho;

XII – garantia do efetivo atendimento das necessidades das pessoas com deficiência;

XIII – articulação com entidades governamentais e não governamentais em nível federal, estadual e municipal, visando garantir a efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social das pessoas com deficiência.

## **TÍTULO II DIREITOS FUNDAMENTAIS**

### **CAPÍTULO I DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO**

**Art. 8º** Todos os órgãos públicos da administração direta, indireta e autarquias, agências e postos bancários, estabelecimentos de crédito financeiro, e instituições similares, estabelecimentos ou espaços culturais, estabelecimentos comerciais, bem como estabelecimentos ou espaços esportivos, devidamente instalados no Estado do Paraná, ficam obrigados a dar atendimento prioritário e especial às pessoas com deficiência, clientes ou não clientes, que, por sua vez, ficam desobrigadas, a qualquer tempo, de aguardar a vez em filas, mesmo aquelas externas de aguardo ao horário de abertura e início de expediente, quando também terão preferência, sempre e em todas as circunstâncias.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 1º** Entende-se por precedência de atendimento aquele prestado à pessoa com deficiência antes de qualquer outra depois de concluído o atendimento que estiver em andamento.

**§ 2º** Nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos, conveniados e privados de atendimento à saúde, a primazia conferida por esta Lei fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a serem atendidos.

**§ 3º** Cabe ao Estado do Paraná e aos Municípios, no âmbito de suas competências, criar os instrumentos necessários para a efetiva implantação e controle do atendimento prioritário referido nesta Lei.

**Art. 9º** As entidades previstas no artigo anterior deverão afixar, em locais visíveis ao público, placas e cartazes informativos contendo as previsões legais que conferem a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência.

**Art. 10.** A garantia de prioridade estabelecida nesta Lei compreende, dentre outras medidas:

- I – a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II – a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- III – a prioridade no embarque no sistema de transporte coletivo;
- IV – a preferência na formulação e na execução das políticas públicas;
- V – a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas às pessoas com deficiência;
- VI – a priorização do atendimento da pessoa com deficiência por sua própria família, em detrimento de abrigo ou entidade de longa permanência, exceto quando não possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência ou estejam em situação de risco ou violação de direitos;
- VII – a capacitação e formação continuada de recursos humanos às pessoas com deficiência;
- VIII – o estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre aspectos ligados às deficiências;





IX – a garantia de acesso à rede de serviços de políticas públicas setoriais.

**Art. 11.** O descumprimento do disposto neste Capítulo sujeitará os responsáveis pela infração ao pagamento de multa, correspondente a 500 (quinhentos) UFIR – Unidade Fiscal de Referência, não os desobrigando de seu posterior cumprimento.

**§ 1º** Em caso de reincidência, depois de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da aplicação da primeira multa, o valor da multa a que se refere o *caput* deste artigo será dobrado.

**§ 2º** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados ao Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência, caso não haja o referido Fundo, estes valores deverão ser destinados obrigatoriamente à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

## **CAPÍTULO II DA SAÚDE**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 12 .** O direito aos serviços de saúde compreende:

I – atenção integral à saúde, universal e gratuita, por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, assegurado atendimento personalizado;

II – transporte, sempre que indispensável à viabilização da atenção integral à saúde;

III – atenção integral à saúde respeitada a classificação de risco, viabilizando acomodações acessíveis de acordo com a legislação em vigor;

IV – fornecimento de medicamentos e materiais necessários para o tratamento e realização de procedimentos específicos para cada tipo de deficiência.

**§ 1º** Fica garantida a gratuidade de todos os serviços de saúde referidos nesta Lei.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 2º** É assegurado o direito à presença de acompanhante junto à pessoa com deficiência, durante os períodos de atendimento e de internação, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, salvo entendimento contrário, devidamente justificado, de profissional da saúde.

**Art. 13.** Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e Municipal Direta e Indireta deverão assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seu direito à saúde e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e das demais leis esparsas, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

**Art. 14.** Para o fim estabelecido no artigo acima, os órgãos e entidades da Administração Estadual Direta e Indireta dispensarão, no âmbito de sua competência e finalidade, bem como respeitando a classificação de risco, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas na área da saúde:

I – a promoção de ações preventivas, como às referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco ou com deficiência, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico, ao encaminhamento de outras doenças causadoras de deficiência, bem como de outras doenças crônicas degenerativas e de outras potencialmente incapacitantes, para o serviço de saúde especializado;

II – o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de trauma de qualquer natureza e o desenvolvimento de programa para tratamento adequado às suas vítimas;

III – a criação e estruturação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltados ao atendimento à saúde e à reabilitação da pessoa com deficiência articulada com outras políticas setoriais;

IV – a garantia de acessibilidade da pessoa com deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados e de seu adequado tratamento sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

V – a garantia de atenção domiciliar de saúde à pessoa com deficiência, quando indicado por profissional da saúde;



VI – o desenvolvimento de programas de saúde voltados às pessoas com deficiência, os quais deverão contar com a participação das pessoas com deficiência;

VII – o papel estratégico da atuação das Unidades Básicas de Saúde e das equipes de saúde da família na disseminação das práticas e estratégias de promoção, prevenção e reabilitação baseada na comunidade.

**Parágrafo único.** Para os efeitos deste Capítulo, prevenção compreende as ações e medidas orientadas a evitar as causas das deficiências que possam ocasionar incapacidade e as destinadas a evitar sua progressão ou derivação em outras incapacidades.

**Art. 15.** É assegurado, no âmbito público e privado, o acesso igualitário às ações e aos serviços de promoção, prevenção e assistência à saúde das pessoas com deficiência, bem como sua habilitação e reabilitação.

**§ 1º** Toda pessoa que apresente deficiência devidamente diagnosticada, qualquer que seja sua natureza, agente causal, grau de severidade ou prejuízo de sua saúde, terá direito aos procedimentos necessários de habilitação e reabilitação realizados por profissional de saúde, durante o período que for pertinente assegurar estes cuidados.

**§ 2º** É parte integrante dos processos de habilitação e reabilitação o tratamento e o apoio das equipes de saúde nos diversos níveis de atenção, inclusive psicológica, e durante todas as fases do processo habilitador e reabilitador, bem como o suprimento dos medicamentos e das ajudas técnicas e tecnologias assistivas necessárias.

**§ 3º** Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência em sua localidade de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e atendimento.

**Art. 16.** Incluem-se na assistência integral à saúde, reabilitação e habilitação da pessoa com deficiência, a concessão de órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares.

**Art. 17.** Consideram-se ajudas técnicas para os efeitos desta Lei os elementos que permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou intelectuais da pessoa com deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social, incluindo próteses auditivas, visuais e físicas; órteses que favoreçam a adequação funcional; equipamentos e elementos necessários à terapia e à reabilitação da pessoa com deficiência; elementos de cuidado e higiene pessoais necessários para facilitar a



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

autonomia e a segurança da pessoa com deficiência; bolsas coletoras para pessoas ostomizadas, entre outros.

**Art. 18.** Os programas e as linhas de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio de organismos públicos e privados de auxílio à pesquisa e de agências de financiamento deverão contemplar temas voltados para ajudas técnicas, cura, tratamento e prevenção de deficiências ou que contribuam para impedir ou minimizar o seu agravamento.

**Art. 19.** O desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a produção de ajudas técnicas dar-se-á a partir da instituição de parcerias com universidades e centros de pesquisa para a produção nacional de componentes e equipamentos.

**Art. 20.** Deverá o Poder Executivo instituir campanhas de mensagens destinadas à prevenção de doenças, promovidas pela Administração Direta, Indireta ou Fundacional do Estado, veiculadas pela televisão e com tradução simultânea para a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

## SEÇÃO II DA PREVENÇÃO E DO TRATAMENTO

**Art. 21.** O atendimento ao recém-nascido na sala de parto e nos berçários consiste em sua assistência por profissional médico, preferencialmente neonatologista ou pediatra, desde o período imediatamente anterior ao parto, até que o recém-nascido seja avaliado e entregue aos cuidados da mãe, do berçário ou, se necessário, da Unidade de Tratamento Intensivo – UTI neonatal.

**Art. 22.** É obrigatória a realização gratuita do Exame de Triagem Neonatal – "Teste do Pezinho" em todos os recém-nascidos em hospitais da rede pública e privada, nos termos da Lei Estadual nº 14.023, de 03 de fevereiro de 2003.

**Art. 23.** É obrigatória a realização gratuita do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas – "Teste da Orelinha" em todos os recém-nascidos em hospitais da rede pública e privada, nos termos da Lei Estadual nº 14.588, de 22 de dezembro de 2004.

**Art. 24.** É obrigatória a realização gratuita do Exame de Diagnóstico Clínico de Catarata Congênita – "Teste do Olhinho" em todos os recém-nascidos em hospitais da rede pública e privada, nos termos Lei Estadual nº 14.601, de 28 de dezembro de 2008.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 25.** É obrigatória a realização gratuita de testes de acuidade visual e auditiva em todos os estudantes da rede pública estadual de ensino.

§ 1º Os exames previstos no *caput* deste artigo serão realizados gratuitamente, mediante ação conjunta da Secretaria de Estado responsável pela política pública da saúde e da Secretaria de Estado responsável pela política pública da educação..

§ 2º Os alunos que apresentarem distúrbios de Acuidade Visual ou Auditiva serão obrigatoriamente encaminhados para exames oftalmológicos ou otorrinolaringológicos, respectivamente, mediante ação conjunta da Secretaria de Estado responsável pela política pública da saúde e Secretaria de Estado responsável pela política pública da Educação.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará a realização dos testes de Acuidade Visual e Auditiva no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de publicação desta Lei.

**Art. 26.** Caberá ao Poder Executivo do Estado do Paraná o desenvolvimento e a implantação de sistema próprio para o registro dos casos de nascimento e diagnóstico de pessoa com deficiência, assim como os casos de deficiência adquirida por acidente ou moléstia detectada, em estabelecimento hospitalar ou ambulatorial, público ou privado.

§ 1º As informações para o registro dos nascimentos com detecção de anomalia congênita deverão ser obtidos a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

§ 2º As informações para o registro dos casos de deficiências causadas por moléstia ou acidente, identificadas posteriormente ao preenchimento da Declaração de Nascido Vivo, serão obtidos a partir dos dados do Sistema de Informações de Atenção Básica – SISAB.

§ 3º Quando necessário, o Poder Executivo do Estado do Paraná criará os meios para captação de dados e alimentação no sistema previsto no *caput* deste artigo.

§ 4º As informações integrantes do sistema previsto no *caput* deste artigo serão de caráter sigiloso e utilizadas com a finalidade de estabelecer índices estatísticos e mapeamento do Estado do Paraná a fim de subsidiar as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

§ 5º O Poder Executivo regulamentará a criação do sistema e a forma de notificação do sistema previsto no *caput* deste artigo.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 27.** Os hospitais e as maternidades situados no Estado do Paraná prestarão assistência integral às parturientes e aos bebês em situação de risco que necessitem de tratamento continuado.

**§ 1º** Os hospitais e as maternidades situados no Estado do Paraná, além da assistência integral prevista no *caput*, prestarão informações por escrito à parturiente, ou a quem a represente, sobre os cuidados a serem tomados com o recém-nascido por conta de sua deficiência ou patologia, bem como no fornecimento de listagem das instituições, públicas e privadas, especializadas na assistência às pessoas com deficiência ou patologia específica.

**§ 2º** Os hospitais e maternidades públicos e conveniados situados no Estado do Paraná prestarão assistência psicológica aos pais, aos responsáveis legais e às crianças, quando constatadas deficiências ou patologias nos atendimentos.

### **CAPÍTULO III DO DIREITO À HABITAÇÃO**

**Art. 28.** As habitações de interesse social ofertadas pelo Estado do Paraná deverão respeitar os padrões do desenho universal, possibilitando o pleno uso por parte de pessoas com e sem deficiência.

**§ 1º** Os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado, as fundações ou instituições financeiras instituídas e mantidas pelo Estado do Paraná, ou da qual ele faça parte como acionista majoritário, quando efetuarem venda de casa própria, farão constar se o interessado na aquisição ou qualquer de seus moradores é pessoa com deficiência.

**§ 2º** A entrega dos imóveis objetos da inscrição dar-se-á, sempre que possível, de forma adaptada e preferencial aos inscritos, na forma do §1º deste artigo, permitindo-se a escolha das unidades que melhor se prestem à moradia destes em cada lote ofertado, respeitada a ordem prévia da inscrição geral.

**§ 3º** Deverão ser destinadas no mínimo 5% das unidades habitacionais para pessoas com deficiência.

### **CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO**



## SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 29.** Fica assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, como meio de efetivar o direito das pessoas com deficiência à educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

**Art. 30.** É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade às pessoas com deficiência, colocando-as a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar.

**Parágrafo único.** Fica assegurado ao aluno com deficiência, à sua família ou ao seu representante legal, o direito de opção pela frequência nas escolas da rede comum de ensino ou nas escolas de educação básica na modalidade de educação especial, observadas as especificidades devidamente detectadas por avaliação multiprofissional, devendo haver o serviço de apoio educacional complementar.

**Art. 31.** O Governo do Estado do Paraná deverá promover cursos, grupos de estudos e capacitação dos professores da rede pública de ensino, a fim de que estejam aptos a lecionar para alunos com deficiência.

**Art. 32.** Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta responsáveis pelo Sistema de Educação do Estado do Paraná dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto desta Seção, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I – a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

II – a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas, públicas ou privadas;

III – a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial, em estabelecimentos públicos de ensino;

IV – a oferta obrigatória dos serviços de educação especial ao aluno com deficiência que esteja internado por prazo igual ou superior a 01 (um) mês em unidades hospitalares e congêneres;

V – o acesso de aluno com deficiência aos benefícios conferidos aos demais alunos, inclusive material escolar, transporte adaptado e adequado às pessoas com deficiência, merenda escolar e bolsas de estudo.

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Seção, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede comum de ensino para educandos com deficiência.

§ 2º A educação especial deve constituir processos flexíveis, dinâmicos e individualizados, contando com equipe multidisciplinar especializada que deverá adotar orientações pedagógicas adequadas a cada caso.

§ 3º A educação do aluno com deficiência iniciar-se-á na educação infantil, a partir do 00 (zero) de idade.

§ 4º Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverão ser atendidas as normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**Art. 33.** Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino públicas e privadas do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio ao aluno que esteja incluído no sistema comum de ensino, ou nas escolas de educação básica na modalidade especial, exclusivamente quando a educação das escolas da rede comum de ensino não puder satisfazer as necessidades educativas do aluno ou quando necessário ao seu bem-estar.

**Art. 34.** Fica assegurada à pessoa com deficiência a prioridade de vaga em escola pública, preferencialmente naquela com localização mais próxima à sua residência.

§ 1º Considera-se estabelecimento mais próximo da residência da pessoa com deficiência aquele cuja distância da residência seja menor ou que seja mais fácil seu acesso por meio de transporte coletivo.

§ 2º Havendo mais de um estabelecimento de ensino considerado próximo à residência do aluno com deficiência, este terá o direito de optar por qualquer das instituições de ensino.

§ 3º Para a obtenção da prioridade de que trata o *caput*, as pessoas com deficiência deverão apresentar junto à instituição de ensino comprovante de residência.

**§ 4º** No caso de preferência por instituição de ensino que não seja a considerada mais próxima de sua residência, o aluno com deficiência deverá apresentar justificativa circunstanciada, que será apreciada pela instituição de ensino escolhida, sendo a decisão da escola passível de recurso administrativo ao órgão responsável pela administração da escola.

**Art. 35.** A prioridade de vaga assegurada nesta Seção abrange também a educação infantil.

**Parágrafo único.** Aplicam-se aos centros de educação infantil públicos todos os procedimentos e regulamentações previstas nesta Seção, especialmente aquelas dispostas no artigo 34 desta Lei.

**Art. 36.** A escola deverá incluir, regularmente, o aluno com deficiência matriculado em atividades esportivas proporcionando sua participação em atividades físicas, jogos e competições desportivas ou paradesportivas.

**Art. 37.** Todas as instituições que ofertam a educação básica e superior, deverão implementar medidas para assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

**Parágrafo único.** Os professores deverão ter acesso à literatura e às informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

**Art. 38.** A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação à distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras e subtitulação por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, nos termos do Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

**Art. 39.** A Língua Brasileira de Sinais – Libras deverá ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, Serviço Social e Psicologia de instituições de ensino públicas e privadas, do Sistema de Ensino do Estado.

**Art. 40.** A Secretaria de Estado responsável pela política pública da educação atenderá às necessidades dos alunos com deficiência visual, matriculados nas escolas estaduais, para a impressão em braille ou em fonte ampliada dos livros, apostilas e outros materiais pedagógicos.

**Parágrafo único.** Os autores estão autorizados a fornecer à Secretaria de Estado responsável pela política pública da educação cópia do texto integral



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

das obras mencionadas no *caput* deste artigo, em meio digital, para o atendimento ao *caput*.

**Art. 41.** O Poder Executivo do Estado do Paraná assegurará a disponibilização de leitor capacitado para aplicação de prova a fim de não prejudicar a avaliação do desempenho da pessoa com deficiência visual, mediante criação e manutenção de cadastro de leitores.

## SEÇÃO II DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 42.** As instituições de ensino de educação básica, em qualquer nível ou modalidade de ensino, devem assegurar o atendimento educacional aos alunos com deficiência, prevendo e provendo a oferta de serviço e apoio especializados para o processo ensino aprendizagem desses alunos, tais como:

I – escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II – escolas bilíngues ou escolas comuns da rede comum de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

§ 1º Os alunos com deficiência têm direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 2º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Língua Brasileira de Sinais – Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II deste artigo implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

### **SEÇÃO III DO ENSINO SUPERIOR**

**Art. 43.** As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptação das provas e o apoio necessário ao aluno com deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas e critérios diferenciados de avaliação, conforme as características da deficiência.

**§ 1º** As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para o ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior, conforme legislação vigente.

**§ 2º** A Secretaria de Estado responsável pela política pública da ciência e tecnologia e ensino superior, no âmbito da sua competência e em conformidade com a legislação vigente, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos, conteúdos, itens, ou disciplinas relacionados às pessoas com deficiência.

### **SEÇÃO IV DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**Art. 44.** Todo o aluno com deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidade de acesso ao mercado de trabalho.

**§ 1º** A educação profissional para as pessoas com deficiência será oferecida nos níveis básico, médio, técnico e tecnológico em escolas da rede comum de ensino, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

**§ 2º** As instituições especializadas que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionalizantes de nível básico à pessoa com deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não ao seu nível de escolaridade.

**§ 3º** Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar às pessoas com deficiência, em nível formal e sistematizado, a aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados à determinada profissão.



**Art. 45.** As escolas e instituições de educação profissional oferecerão serviços de apoio especializado para atender às especificidades das pessoas com deficiência, tais como:

I – adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;

II – capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados;

III – adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

**Art. 46.** O Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado responsável pela política pública da educação, da Secretaria de Estado responsável pela política pública da administração e da previdência, Secretaria de Estado responsável pela política pública da ciência, tecnologia e ensino superior, pela Secretaria de Estado responsável pela política pública do trabalho, emprego e economia solidária e demais órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná desenvolverão projetos recomendando a criação e implantação de programas de cursos técnicos e profissionalizantes direcionados às pessoas com deficiência, possibilitando sua inclusão no mercado de trabalho de modo a atender as suas especificidades.

## SEÇÃO V DO ESTÁGIO E DO APRENDIZ

**Art. 47.** É permitida a admissão de pessoa com deficiência na condição de aprendiz ou estagiário, por órgãos da Administração Direta e Indireta, sob forma de contrato de aprendizagem ou de estágio.

**Parágrafo único.** As condições de aprendizagem ou de estágio serão definidas em Regulamento Próprio a ser definido pela Secretaria de Estado responsável pela política pública da administração e da previdência, observada a legislação federal específica.

**Art. 48.** A duração do estágio, exercido na mesma parte concedente, poderá exceder 02 (dois) anos quando se tratar de estagiário com deficiência, desde que em áreas de atuação diversas, assegurando, desta forma, o aprendizado.

## CAPÍTULO V DO TRABALHO

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 49.** Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta deverão assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seu direito ao trabalho e de outros que, decorrentes da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, da Constituição do Estado do Paraná e das demais leis esparsas, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

**Art. 50.** Para o fim estabelecido no artigo acima, os órgãos e entidades da Administração Estadual Direta e Indireta dispensarão, no âmbito de sua competência e finalidade, atendimento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas na área da formação profissional e do trabalho:

I – o apoio governamental à formação profissional e à garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;

II – o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas com deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;

III – a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privados, de pessoas com deficiência;

**Art. 51.** O Poder Executivo do Estado do Paraná deverá criar no prazo de 24 (vinte e quatro) meses Programa de Incentivo para a contratação de pessoas com deficiência nas empresas não abrangidas pelo artigo 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## **SEÇÃO II** **DA RESERVA DE CARGOS E EMPREGOS**

**Art. 52.** Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de inscrever-se em concurso público, processos seletivos ou quaisquer outros procedimentos de recrutamento de mão de obra, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo ou emprego público.

**§ 1º** O candidato com deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado, no mínimo, o percentual de 5% (cinco por cento) em face da classificação obtida.

**§ 2º** Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitando o percentual máximo de 20% das vagas oferecidas no certame, nos termos da Lei Federal nº 8.112/1990, art. 5º, §2º.

**§ 3º** É assegurada a gratuidade de inscrição em concurso público à pessoa com deficiência comprovadamente carente, desde que apresente comprovante atualizado de inscrição no Cadastro Único - CadÚnico para programas sociais do Governo Federal, nos termos do Decreto Federal nº 6.135 de 26 de junho de 2007, emitido pelo Gestor do Programa do seu município de residência.

**§ 4º** A reserva do percentual adotado será distribuída proporcionalmente pelas vagas em disputa.

**Art. 53.** Não se aplica o disposto no artigo anterior aos casos de provimento de cargo ou emprego público integrante de carreira que exija aptidão plena do candidato, auferida em parecer emitido por equipe multiprofissional.

**Parágrafo único.** O exame de aptidão física ou avaliação médica não poderá excluir o candidato em razão de sua deficiência, exceto nos casos em que se exija aptidão plena do candidato em razão da função a ser desempenhada.

**Art. 54.** Os editais de concursos públicos deverão conter:

I – o número de vagas existentes, bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa com deficiência;

II – as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;

III – previsão de adaptação das provas do curso de formação e do estágio probatório, conforme a deficiência do candidato;

IV – a previsão do conteúdo das provas aferir as habilidades do candidato, quando se tratarem de funções que dispensam conhecimentos técnicos e comprovação de escolaridade;

V – exigência de apresentação, pelo candidato com deficiência, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF, bem como a provável causa da deficiência.

**Art. 55.** É vedado à autoridade competente obstar a inscrição de pessoa com deficiência em concurso público para ingresso em carreira da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

**§ 1º** No ato da inscrição, o candidato com deficiência, que necessite de atendimento diferenciado nos dias do concurso, deverá requerê-lo, no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

**§ 2º** O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo no prazo estabelecido no edital do concurso.

**Art. 56.** A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas nesta Lei, participará de concurso em equidade de condições com os demais candidatos no que concerne:

- I - ao conteúdo das provas;
- II - à avaliação e aos critérios de aprovação;
- III - ao horário e local de aplicação das provas;
- IV - à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

**§ 1º** A igualdade de condições a que se refere o *caput* deste artigo também compreende:

- I - adaptação de provas;
- II - apoio necessário, previamente solicitado pelo candidato com deficiência;
- III - avaliação de provas discursivas ou de redação por uma comissão composta por ao menos 01 (um) profissional com formação específica na área



da deficiência que acarreta especificidades na escrita da língua.

**§ 2º** Considera-se adaptação de provas todos os meios utilizados para permitir a realização da prova pelo candidato com deficiência, assim compreendendo, entre outros:

I - a disponibilidade da prova em braille e, quando solicitado, o serviço do leitor, ou outros meios existentes, nos casos de candidato com deficiência visual;

II - a disponibilidade de intérprete, quando solicitado, nos casos de candidato surdo com deficiência auditiva;

III - tempo adicional para a realização das provas, inclusive para preenchimento do cartão-resposta, quando for o caso, e se necessário, conforme as características da deficiência.

**Art. 57.** A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive daqueles com deficiência, e a segunda somente a pontuação destes últimos, de acordo com a ordem classificatória entre os seus congêneres.

**Parágrafo único.** A nomeação dos candidatos com deficiência aprovados far-se-á concomitantemente com os dos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação das listas de que trata o *caput* deste artigo, convocando-se as pessoas com deficiência para nomeação, atendendo-se ao percentual estabelecido em edital, de modo a entrecruzarem-se as listas.

**Art. 58.** O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional composta de 03 (três) profissionais capacitados e atuantes nas áreas de deficiência em questão, sendo 01 (um) deles médico e 02 (dois) profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.

**§ 1º** A equipe multiprofissional emitirá parecer observando:

I – as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, inclusive as constantes do laudo médico;

II – a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo ou da função a desempenhar;

III – a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;

IV – a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou meios que habitualmente utilize;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

V – a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

§ 2º A equipe multiprofissional avaliará a compatibilidade entre as atribuições dos cargos e a deficiência do candidato apenas durante o estágio probatório.

**Art. 59.** A avaliação do servidor ou empregado com deficiência, durante ou após o período de estágio probatório, deverá considerar as condições oferecidas pelo órgão para o efetivo desempenho de suas atribuições.

### SEÇÃO III DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

**Art. 60.** Fica assegurado ao funcionário ocupante de cargo público ou militar do Poder Executivo Estadual, que seja pai ou mãe, filho ou filha, cônjuge, companheiro ou companheira, tutor ou tutora, curador ou curadora ou que detenha a guarda judicial da pessoa com deficiência congênita ou adquirida, de qualquer idade, a redução da carga horária semanal de seu cargo, sem prejuízo de remuneração, nos termos desta Seção.

§ 1º A redução de carga horária, de que trata o *caput*, destina-se ao acompanhamento do dependente no seu processo de habilitação ou reabilitação ou às suas necessidades básicas diárias, podendo ser consecutivo, intercalado, alternado ou escalonado, conforme necessidade ou programa do atendimento pertinente, mediante requerimento formulado à Secretaria de Estado responsável pela política pública da Administração e da Previdência instruído com a indicação da necessidade da jornada a ser reduzida.

§ 2º Caberá à Secretaria de Estado responsável pela política pública da administração e da previdência manifestar-se sobre o requerimento de redução de carga horárias em até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo do requerimento.

§ 3º A redução prevista no *caput* deste artigo será regulamentada, observando-se o disposto no § 2º deste artigo, pela Secretaria de Estado responsável pela política pública da administração e da previdência em até 90 (noventa) dias contados da data da publicação da presente Lei.

#### SEÇÃO IV DA HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

**Art. 61.** A pessoa com deficiência beneficiária ou não do Regime de Previdência Social, tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

**Art. 62.** O direito à habilitação e reabilitação compreende:

I – o provimento de ações terapêuticas em favor da pessoa com deficiência, visando habilitá-la ou reabilitá-la, sempre que possível, eliminando ou minorando-lhe os efeitos;

II – a concessão de financiamento para a aquisição de equipamentos de uso pessoal que permitam a correção, diminuição e superação de suas limitações, por meio de programas próprios do Estado e Municípios.

**Parágrafo único.** O financiamento de que trata o inciso II deste artigo e previsto no artigo 281 da Constituição do Estado do Paraná será concedido pelo Poder Executivo, por meio de instituição financeira oficial estadual, mediante as seguintes condições:

- a) comprovação do uso exclusivamente pessoal dos equipamentos;
- b) caráter clínico médico para fisioterapia ou terapêutico ocupacional dos equipamentos;
- c) comprometimento inferior a 10% (dez por cento) da renda mensal familiar no pagamento das parcelas e taxa de juros não superior a 12% (doze por cento) ao ano.

**Art. 63.** Entende-se por habilitação e reabilitação profissional o processo orientado a possibilitar que a pessoa com deficiência, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e participar da vida comunitária.

**Art. 64.** Os serviços de habilitação e reabilitação profissional deverão estar dotados dos recursos necessários para atender todas as pessoas com deficiência, independente de sua causa.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Paragrafo único.** As pessoas com deficiência atendidas pelos serviços de habilitação e reabilitação deverão ser preparadas para o mercado de trabalho, afim de exercer uma função adequada às suas especificidades, assegurando a possibilidade de obter, conservar e progredir na carreira.

**Art. 65.** A orientação profissional será prestada pelos correspondentes serviços de habilitação e reabilitação profissional, tendo em conta as potencialidades das pessoas com deficiência, identificadas com base em relatório de equipe multiprofissional, que deverá considerar:

- I – educação escolar efetivamente recebida e por receber;
- II – expectativas de promoção social;
- III – possibilidades de emprego existentes em cada caso;
- IV – motivações, atitudes e preferências profissionais; e
- V – necessidades do mercado de trabalho.

**Art. 66.** Os órgãos e as entidades da Administração Públicas Estaduais Diretas e Indiretas, responsáveis pela formação de recursos humanos, devem dispensar ao assunto objeto desta Seção tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

- I – formação e qualificação de professores de nível fundamental, médio e superior para a educação especial, de técnicos de nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional;
- II – formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa com deficiência; e
- III – incentivo e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas à pessoa com deficiência.

## **CAPÍTULO VI ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Art. 67.** A garantia do atendimento para a pessoa com deficiência estará de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com as devidas alterações feitas em lei, em especial na Lei 12.435, de 2011, em seu 2º que estabelece os objetivos da Política Nacional da Assistência Social.

**Art. 68.** O poder público garantirá os direitos socioassistenciais para as pessoas com deficiência, previstos na Política Nacional da Assistência Social – PNAS em cumprimento às normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na execução dos programas, projetos, serviços e benefícios assistenciais.

**Paragrafo único.** É garantido à pessoa com deficiência o Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS, nos termos da legislação federal vigente, assegurado que, os equipamentos da Assistência Social e suas equipes deverão prestar o atendimento prioritário das pessoas com deficiência e suas famílias.

**Art. 69.** Compete ao Estado o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social, bem como, assessorar os municípios para o desenvolvimento dos programas, projetos, serviços e benefícios assistenciais à pessoa com deficiência, cabendo a manifestação do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS no que tange suas atribuições legais, inclusive no que diz respeito ao controle social.

**Paragrafo único.** Para o cumprimento no disposto neste Capítulo, o Governo do Estado poderá manter parcerias com entidades civis de direito privado sem fins lucrativos.

**Art. 70.** A execução dos atendimentos voltados para a pessoa com deficiência, atenderá aos princípios previstos na Tipificação de Serviços do Sistema Único de Assistência Social e demais legislações e normativas vigentes, pertinentes à organização destes atendimentos.

## **SEÇÃO I PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Art. 71.** Fica assegurado às pessoas com deficiência o acesso à Proteção Social Básica – PSB, que tem como objetivo prevenir situações de risco, por meio da execução de programas, projetos, benefícios e serviços, que promovam o desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.



**Art. 72.** Caberá ao Poder Público por meio da Proteção Social Básica viabilizar o atendimento na unidade pública municipal – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, para a execução dos programas, projetos, benefícios e serviços de assistência social, dentre eles o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família – PAIF e demais serviços voltados à pessoa com deficiência, monitorando e avaliando os serviços prestados na rede socioassistencial do município.

## **SEÇÃO II PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

**Art. 73.** Fica assegurado à pessoa com deficiência o acesso à Proteção Social Especial – PSE, que tem por objetivo desenvolver programas, projetos e serviços especializados às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por violação de direito a exemplo das situações de abandono, negligência e maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, deficiência, situação de dependência, entre outras.

### **SUBSEÇÃO I MÉDIA COMPLEXIDADE**

**Art. 74.** Caberá ao Poder Público por meio da Proteção Social Especial de Média Complexidade, viabilizar o atendimento na unidade pública – Centro Especializado de Referência de Assistência Social – CREAS, para a execução dos programas, projetos, benefícios e serviços de assistência social de média complexidade, dentre eles: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, e demais serviços voltados à pessoa com deficiência e suas famílias com grau de dependência, e que tiverem suas limitações agravadas por violações de direitos, que elevam a desvalorização da potencialidade e da capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometam o desenvolvimento da autonomia.

### **SUBSEÇÃO II ALTA COMPLEXIDADE**

**Art. 75.** O Poder Público fica incumbido de assegurar às pessoas com deficiência com vínculos fragilizados ou rompidos, o acolhimento de acordo com as especificidades, afim de garantir a proteção integral, por meio das modalidades previstas no Sistema Único de Assistência Social.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## **CAPÍTULO VII DO DIREITO AO TRANSPORTE "PASSE LIVRE"**

**Art. 76.** Fica assegurado o transporte gratuito às pessoas com deficiência em linhas de transporte intermunicipal e em linhas de ônibus que compõem as redes integradas de transporte coletivo das regiões metropolitanas, mediante apresentação de comprovação do Passe Livre.

**Art. 77.** A concessão de transporte gratuito previsto no artigo 76 estende-se às pessoas com as seguintes patologias crônicas, desde que em tratamento continuado, fora do município de sua residência:

- I – pessoas com insuficiência renal crônica;
- II – pessoas com doença de Crohn;
- III – pessoas com câncer;
- IV – pessoas com transtornos mentais graves;
- V – pessoas com HIV;
- VI – pessoas com mucoviscosidade;
- VII – pessoas com hemofilia;
- VIII – pessoas com esclerose múltipla.

**Art. 78.** As empresas que exploram, através de concessão ou permissão do Estado, o transporte coletivo intermunicipal no Estado do Paraná, ficam obrigadas a adaptar os veículos de suas respectivas frotas.

**Parágrafo único.** Entende-se por adaptação todas as alterações previstas na legislação federal ou estadual vigentes.

**Art. 79.** Os beneficiários da isenção tarifária de que trata este Capítulo deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de 03 (três) horas do embarque, nos casos de linhas de transporte coletivo intermunicipal.

**Art. 80.** A empresa transportadora que recusar ou dificultar a utilização do Passe Livre, a qualquer pretexto, sofrerá as sanções previstas na legislação estadual vigente.

**Art. 81.** As empresas que exploram o transporte coletivo intermunicipal deverão comunicar aos estabelecimentos comerciais onde são efetuadas as paradas para as refeições que passarão a operar com ônibus adaptados para o transporte de pessoas com deficiência, afim de que esses estabelecimentos contem com banheiros e demais instalações adaptadas para receber esses usuários nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** Os estabelecimentos comerciais de que trata este artigo que não atenderem ao pedido de adaptação deverão ser substituídos por outros que apresentem condições de receber usuários com deficiência.

**Art. 82.** Somente poderão se beneficiar desta isenção usuários do transporte coletivo cuja renda bruta familiar *per capita* não seja superior a 02 (dois) salários mínimos nacional.

**Art. 83.** A concessão da isenção à pessoa com deficiência, mediante expedição de carteira específica, será concedida pelo setor designado para tanto pela Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, após análise e conferência dos seguintes documentos comprobatórios:

I – requerimento de concessão do passe livre em formulário específico, contendo declaração de carência de recursos financeiros pelo interessado, procurador ou representante legal, no sentido da renda mensal bruta *per capita* ser igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos nacional, juntando comprovante de rendimentos, do requerente e das pessoas com as quais reside, dirigido à Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com Deficiência pelo interessado, procurador ou representante legal, conforme modelo a ser disponibilizado pela Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com Deficiência;

II – laudo médico de avaliação fornecido por profissional habilitado no Sistema Único de Saúde – SUS, da Secretaria de Estado responsável pela política pública da saúde, ou da Secretaria de Saúde do município de domicílio com identificação do paciente, informação sobre a deficiência, sobre necessidade de acompanhante e de eventual nova avaliação ou se o laudo é permanente, bem como a data da reavaliação, entre outras informações conforme modelo definido pela Resolução nº 246 de 07 de abril de 2010 da Secretaria de Estado responsável pela política pública da saúde ou pelo modelo que venha a substituí-la;

III – ficha cadastral do requerente conforme modelo emitido pelo Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado responsável pela política pública do trabalho, emprego e economia solidária, a ser preenchida junto ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR;

IV – 01 (uma) foto 3X4 recente, sem rasuras ou danificações, viabilizando a identificação imediata do requerente;

V – 01 (uma) fotocópia legível da Carteira de Identidade (RG);

VI – 01 (uma) fotocópia legível do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

VII – 01 (uma) fotocópia do Comprovante de Residência;

**§ 1º** Nos casos em que houver a prescrição médica da necessidade de acompanhante deverá ser indicado no requerimento de concessão do benefício o nome de até 03 (três) pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, anexando a este fotocópia da Carteira de Identidade legível destas pessoas.

**§ 2º** O Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, emitirá Nota Técnica disponibilizando novo modelo de Laudo Médico atendendo às disposições desta Lei.

**§ 3º** Na hipótese do interessado não ser alfabetizado ou estar impossibilitado de assinar, será admitida a impressão digital na presença do funcionário do órgão autorizador que fará a identificação, ou a assinatura a rogo, na presença de duas testemunhas.

**§ 4º** A falsa declaração ou comprovação de renda mensal sujeitará o infrator às penas da Lei, bem como à perda do benefício.

**Art. 84.** Nos casos de deficiência permanente fica dispensada a apresentação de laudo médico, na renovação da concessão do Passe Livre, devendo apresentar novamente os demais documentos exigidos no artigo 83.

**Art. 85.** Os procedimentos administrativos para requerimento e concessão do benefício do Passe Livre serão regulamentados pelo Poder Executivo do Estado do Paraná, no prazo de 90 (noventa) dias pela Secretaria de Estado responsável pela política pública voltada à pessoa com deficiência e pela Secretaria de Estado responsável pelo transporte.

**Parágrafo único.** Durante o período em que a regulamentação do procedimento administrativo necessário à concessão do Passe Livre, previsto no *caput*, deverá ser utilizado o procedimento vigente até a publicação desta Lei.



**Art. 86.** O requerimento do Passe Livre será indeferido nos casos de:

- I – documentação incorreta ou incompleta;
- II – renda bruta *per capita* superior a 02 (dois) salários mínimos nacional;
- III – tratamento realizado no município de sua residência, quando se tratar de pessoa com doença crônica.

§ 1º Os requerimentos indeferidos serão restituídos ao requerente, via correio, mediante ofício especificando o motivo do indeferimento.

§ 2º Sanado o motivo do indeferimento, este poderá ser reenviado ao setor responsável da Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência para nova análise.

**Art. 87.** O requerente que tiver o benefício do Passe Livre indeferido poderá requerer a revisão da decisão pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE.

**Art. 88.** A carteira do Passe Livre concedida à pessoa com deficiência terá validade de 04 (quatro) anos, exceto nos casos em que houver indicação em laudo médico sobre a necessidade de nova avaliação em prazo inferior a 04 (quatro) anos.

**Art. 89.** A carteira do Passe Livre concedida à pessoa com doença crônica terá validade de 02 (dois) anos, exceto nos casos em que houver indicação em laudo médico sobre a necessidade de nova avaliação em prazo inferior a 02 (dois) anos.

**Art. 90.** Na carteira concedida ao beneficiário deverá constar os seguintes dados:

- I – nome e dados de identificação do beneficiário;
- II – foto do beneficiário;
- III – indicação da deficiência ou doença crônica apontada no laudo médico;
- IV – a necessidade ou não de acompanhante;
- V – os dados de identificação dos acompanhantes indicados;
- VI – data de expedição da carteira;

VII - data de validade da carteira.

**Art. 91.** Somente terá direito à isenção tarifária de que trata este Capítulo o acompanhante que possuir nome e dados pessoais descritos na Carteira do Passe Livre do beneficiário, restringindo-se a um acompanhante por viagem.

**Art. 92.** A verificação pelas empresas concessionárias ou permissionárias da necessidade de acompanhante para o beneficiário será constatada mediante a verificação de inscrição na carteira concedida ao beneficiário.

**Parágrafo único.** Quando solicitado pelas empresas concessionárias ou permissionárias de transporte o acompanhante deverá apresentar documento de identificação com foto viabilizando a conferência de sua identidade e as indicações de acompanhantes constantes na carteira concedida ao beneficiário, podendo esta solicitação ser realizada tanto no momento da aquisição da passagem quanto no embarque do ônibus.

**Art. 93.** O Beneficiário perderá o direito ao Passe Livre nos casos de:

I – emissão de falsa declaração ou comprovação de renda mensal no momento do pedido do benefício;

II – uso do benefício para fins diversos dos estabelecidos nesta Lei;

III – existência de membros da família com renda superior a 02 (dois) salários mínimos estaduais no momento da renovação do Passe Livre concedido (aumento de renda familiar posterior à concessão do benefício).

**Art. 94.** As Secretarias de Saúde do Estado e dos Municípios deverão dar ampla divulgação dos locais para avaliação e os Conselhos Municipais e entidades, a que se refere este Capítulo, deverão também divulgar os locais para expedição das carteiras e procedimentos adotados para tal fim.

**Art. 95.** As empresas concessionárias ou permissionárias deverão emitir o bilhete de passagem no ato da apresentação da Carteira de Passe Livre e documento de identificação com foto.

**§ 1º** Na emissão do bilhete de passagem para o transporte não poderão ser cobradas taxas referentes ao uso de balsas ou ferry-boats, taxas de embarque ou de pedágio.

**§ 2º** As empresas prestadoras dos serviços deverão reservar no mínimo 02 (dois) assentos em cada viagem, preferencialmente na primeira fila de poltronas para conferir acessibilidade, às pessoas com deficiência até 03 (três) horas antes do embarque.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 3º** Na hipótese de nenhum beneficiário demonstrar interesse em viajar, após o prazo previsto no parágrafo anterior, as empresas prestadoras dos serviços poderão colocar à venda os bilhetes de referidos assentos reservados.

**§ 4º** Os funcionários das empresas transportadoras deverão auxiliar no embarque e desembarque dos beneficiários, tanto nos terminais das linhas como nos pontos de parada e apoio ao longo do itinerário.

**§ 5º** As empresas transportadoras providenciarão a capacitação permanente de seu quadro funcional para prestar o atendimento adequado aos beneficiários.

**§ 6º** Os equipamentos indispensáveis à locomoção e à vida da pessoa com deficiência serão transportados de forma adequada, acessível e gratuitamente pela empresa, além de sua bagagem.

**§ 7º** No embarque deverá o beneficiário apresentar a carteira de isenção acompanhada de documento de identificação.

**Art. 96.** O uso indevido da isenção de que trata esta Lei acarretará em cancelamento do benefício, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis.

**Art. 97.** Compete ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR e à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC a fiscalização da utilização do benefício.

**Art. 98.** As adaptações a serem feitas nos veículos das frotas das empresas concessionárias ou permissionárias do transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros serão definidas pela Secretaria de Estado responsável pela política pública de infraestrutura e logística, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade em vigor.

## **CAPÍTULO VIII DA CULTURA, DO DESPORTO, DO TURISMO, DO LAZER E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Art. 99.** Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo, pelo lazer e pela comunicação social, dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Capítulo, com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I – promover o acesso da pessoa com deficiência aos meios de comunicação social:

a) garantindo o acesso às informações através das legendas e interpretação em Língua Brasileira de Sinais – Libras, em conformidade com a Lei Estadual nº 12.095, de 11 de março de 1998;

b) desenvolvendo programas e trabalhos nos meios de comunicação, visando ao esclarecimento das necessidades das pessoas com deficiência;

c) implantando programas de impressão em braille ou fonte ampliada nos meios de comunicação escrita;

d) criando um programa de informação pública específica para a pessoa com deficiência, destacando o seu potencial;

II – promover o acesso das pessoas com deficiência a museus, arquivos, bibliotecas e afins;

III – criar e garantir incentivos para o exercício de atividades, mediante:

a) participação da pessoa com deficiência em concursos de prêmios no campo das artes e das letras;

b) promoção de concursos culturais no campo das artes e das letras que estimulem o potencial da pessoa com deficiência;

c) exposições, publicações e representações artísticas de pessoa com deficiência;

d) incentivo à produção cultural para as pessoas com deficiência nas áreas de música, artes cênicas, audiovisual, literatura, artes visuais, folclore, artesanato, dentre outras manifestações culturais;

e) promover cursos e oficinas culturais acessíveis às pessoas com deficiência;

IV – promover a prática desportiva e paradesportiva por pessoas com deficiência:

a) incentivando a prática desportiva e paradesportiva formal e não formal como direito de cada um e o lazer como forma de promoção social;

b) estimulando meios que facilitem o exercício de atividades desportivas e paradesportivas entre as pessoas com deficiência e suas entidades representativas;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

c) assegurando a acessibilidade às instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde a educação infantil até o nível superior;

d) promovendo a inclusão de atividades desportivas e paradesportivas dos estabelecimentos de ensino, desde a educação infantil até o nível superior;

V- incentivar a acessibilidade ao turismo para as pessoas com deficiência:

a) apoiando e promovendo a publicação e o uso de guias de turismo com informações acessíveis às pessoas com deficiência e às características próprias de cada área específica de deficiência;

b) estimulando a ampliação do turismo às pessoas com deficiência, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços adaptados de transporte.

**Art. 100.** Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, promotores ou financiadores de atividades desportivas e de lazer, devem concorrer técnica e financeiramente para obtenção dos objetivos deste Capítulo.

**Parágrafo único.** Serão prioritariamente apoiadas as manifestações desportivas e paradesportiva de rendimento e a educacional, compreendendo as atividades de:

I - desenvolvimento de recursos humanos especializados em cada uma das áreas de deficiência;

II - promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e municipais;

III - pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação;

IV - construção, ampliação, recuperação e adaptação de instalações desportivas, paradesportivas e de lazer.

**Art. 101.** Os próprios eventos esportivos estaduais terão, em seu calendário, datas reservadas para a realização de eventos para as pessoas com deficiência.

**Art. 102.** O Estado promoverá a realização dos eventos de que trata o artigo anterior desta Lei, admitida a participação de entidades não governamentais públicas e privadas na sua promoção.



**Parágrafo único.** Para a elaboração da programação dos eventos serão ouvidas as pessoas com deficiência e as instituições que desenvolvem ações de e para as pessoas com deficiência.

**Art. 103.** Os programas de cultura, de desporto, de turismo e de lazer do Estado deverão atender às pessoas com deficiência, com ações específicas de inclusão.

○ **§ 1º** O Poder Público instituirá programas de incentivo fiscal às pessoas físicas e jurídicas que apoiarem financeiramente os eventos e as práticas desportiva, cultural, de turismo e de lazer das pessoas com deficiência.

**§ 2º** As pessoas físicas e jurídicas que recebem recursos públicos ou incentivos para programas, projetos e ações nas áreas de cultura, desporto, turismo e lazer deverão garantir a inclusão de pessoas com deficiência, proporcionando local reservado e transporte específico para as pessoas com deficiência.

**§ 3º** Em caso de evento de calendário oficial do Estado do Paraná, as empresas de transporte intermunicipal devem garantir o acesso da pessoa com deficiência, desde que comunicadas com antecedência.

**Art. 104.** Informações essenciais sobre produtos e serviços nas áreas de cultura, desporto, turismo e lazer deverão ter versões adequadas às pessoas com deficiência.

○ **Art. 105.** O Poder Público colocará à disposição, também pela rede mundial de computadores, arquivos com o conteúdo de livros:

I – de domínio público, conforme disposto na legislação em vigor;

II – autorizados pelos detentores dos respectivos direitos autorais;

III – adquiridos pelo Poder Público para distribuição gratuita no âmbito de programas criados com este propósito.

**§ 1º** Os arquivos digitais aos quais se referem o *caput* deverão ser conversíveis em áudio, em sistema braille ou outro sistema de leitura digital.

**§ 2º** Os arquivos serão colocados à disposição de bibliotecas públicas, de entidades de educação de pessoas com deficiência, de usuários com deficiência e das instituições de ensino públicas.

**Art. 106.** O Poder Executivo do Estado do Paraná garantirá a inclusão das pessoas com deficiência, inclusive crianças, mediante instalação de equipamentos especialmente desenvolvidos para o lazer e a recreação, nas praças e parques estaduais assegurando o acesso até esses equipamentos.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo do Estado do Paraná priorizará as praças e parques que possibilitem acesso e atendimento do maior número de pessoas com deficiência na instalação dos equipamentos referidos no *caput*.

**Art. 107.** O Poder Público apoiará preferencialmente os congressos, seminários, oficinas e demais eventos científicos culturais que ofereçam, mediante solicitação, apoios humanos às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de Libras, leitores, guias intérpretes, ou tecnologias de informação e comunicação, tais como a transcrição eletrônica simultânea.

**Art. 108.** Ficam os hotéis, restaurantes e similares, que possuam cardápios como meios informativos de seus produtos aos clientes, obrigados a produzir e dispor de exemplar na linguagem em braille e fonte ampliada para atendimento às pessoas com deficiência visual.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta Lei, considera-se cardápio como sendo o encarte portfólio informativo do rol de produtos e serviços oferecidos habitualmente aos consumidores clientes dos estabelecimentos comerciais referidos no *caput* deste artigo.

## **CAPÍTULO IX DA ACESSIBILIDADE**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 109.** A acessibilidade é condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações de uso público, coletivo e uso privado, dos transportes e dos dispositivos, dos sistemas e dos meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência.

**§ 1º** A acessibilidade para as pessoas com deficiência será garantida mediante supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, tais como:



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I – elaboração de planos de acessibilidade como parte integrante dos planos diretores e dos planos de transporte urbano integrado;

II – planejamento e urbanização de espaços de uso público, inclusive vias, parques e praças, de forma a torná-los acessíveis para as pessoas com deficiência;

III – construção, ampliação, reforma ou adequação obedecendo-se a ordem de prioridade que vise à maior eficiência das edificações, no sentido de promover a mais ampla acessibilidade às pessoas com deficiência;

IV – atendimento prioritário e diferenciado às pessoas com deficiência, prestado pelos órgãos da administração pública, bem como pelas empresas e instituições privadas;

V – construção, ampliação, reforma e adequação das edificações de uso público, uso coletivo e uso privado, inclusive os equipamentos esportivos e de lazer, na forma desta Lei e demais normas em vigor, de forma a que se tornem acessíveis para as pessoas com deficiência;

VI – atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos arquitetônicos, urbanísticos e de comunicação;

VII – reserva de espaços e lugares específicos para pessoas com deficiência, considerando suas especificidades em teatros, cinemas, auditórios, salas de conferência, museus, bibliotecas e ambientes de natureza similar;

VIII - reserva de vagas específicas, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência, em garagens e estacionamentos nas edificações e demais espaços urbanos de uso público e coletivo;

IX – concepção, organização, implantação e adequação dos veículos e da infraestrutura de todos os sistemas de transporte coletivo, público ou privado, aos requisitos de acessibilidade estabelecidos na legislação e nas demais normas de acessibilidade em vigor;

X – implantação de sinalização ambiental, visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência nas edificações de uso público, uso coletivo e uso privado;

XI – adoção de medidas, nas políticas e programas habitacionais de interesse social, que assegurem a acessibilidade das pessoas com deficiência;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

XII – utilização de instrumentos e técnicas adequadas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência no sentido de lhes assegurar o acesso à informação, à comunicação e aos demais direitos fundamentais;

XIII – pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência;

XIV – disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência;

XV – divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência e existência de local de atendimento específico.

§ 2º O direito ao tratamento diferenciado que deverá ser prestado à pessoa com deficiência, dentre outras medidas, compreende:

I – mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptados à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade em vigor;

II – serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestados por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – Libras e no trato com aquelas que assim não se comuniquem, bem como para pessoas surdocegas, prestados por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

III – implementação de mecanismos que assegurem a acessibilidade das pessoas com deficiência visual nos portais e sítios eletrônicos;

IV – admissão de entrada e permanência de cão-guia junto de pessoa com deficiência ou de treinador nas edificações de uso público, uso coletivo, mesmo que de propriedade privada, ou de uso privado, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal;

V – a existência de pelo menos um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas com deficiência auditiva pelos órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, empresas prestadoras de serviços públicos, instituições financeiras, bem como nas demais edificações de uso público e de uso coletivo, mesmo que de propriedade privada.

§ 3º Consideram-se edificações de uso público aquelas administradas por entidades da Administração Pública, Direta e Indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

§ 4º Consideram-se edificações de uso coletivo aquelas destinadas às atividades de natureza habitacional, comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza, mesmo que de propriedade privada.

§ 5º Consideram-se edificações de uso privado aquelas destinadas à habitação, que podem ser classificadas como unifamiliar ou multifamiliar.

§ 6º Considera-se desenho universal a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam a atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

**Art. 110.** Para os fins deste Capítulo são estabelecidas as seguintes definições:

I – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite, dificulte ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação segura das pessoas, a comunicação ou o acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: aquelas existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: aquelas existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, dos meios ou dos sistemas de comunicação, sejam ou não de massa; bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

II – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, ao calçamento, ao saneamento, aos encanamentos para esgotos, à distribuição de energia elétrica, à iluminação pública, ao abastecimento e à distribuição de água, ao paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

III – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

## SEÇÃO II DOS ELEMENTOS DE URBANIZAÇÃO

**Art. 111.** O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas com deficiência.

**Art. 112.** As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas com deficiência.

**Art. 113.** Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e de seus equipamentos e identificá-los para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, tanto quanto tecnicamente possível.

**Art. 114.** O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**Art. 115.** Os banheiros de uso público existentes, temporários ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de 01 (um) sanitário e 01 (um) um lavatório masculino e de 01 (um) sanitário e 01 (um) um lavatório feminino, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**Art. 116.** Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Parágrafo único.** As vagas às quais se refere o *caput* deste artigo deverão ser em número equivalente a 2% (dois por cento) do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas em vigor.

**Art. 117.** Os estacionamentos, públicos e privados, e os fornecedores de serviços de manobra e guarda de veículos em geral estão obrigados a conceder aos veículos automotores utilizados por pessoas com deficiência, período mínimo de gratuidade do pagamento de tarifa equivalente ao dobro daquele concedido aos demais veículos.

**§ 1º** Os estabelecimentos que não dispuserem de período mínimo de gratuidade do pagamento de tarifa deverão conceder 30 (trinta) minutos aos veículos automotores de que trata o *caput* deste artigo.

**§ 2º** O detalhamento técnico do disposto no *caput* deste artigo é definido em regulamento, nos termos da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2010.

**Art. 118.** Os sinais de trânsito, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

**Art. 119.** Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas com deficiência visual.

**Parágrafo único.** A adequação dos semáforos conforme previsto neste artigo será efetuada conforme disponibilidade orçamentária, de forma gradativa, sendo, para tanto, considerados prioritários os locais próximos às instituições voltadas às pessoas com deficiência, periculosidade dos cruzamentos e a intensidade de tráfego de veículos automotores.

**Art. 120.** Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam serem utilizados pelas pessoas com deficiência.

**Art. 121.** A infração às disposições desta Seção acarretará ao responsável as seguintes penalidades:

I – advertência e notificação para se adequarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

II – multa de 20.000 (vinte mil) UFIR – Unidade Fiscal de Referência, no caso de reincidência; após 15 (quinze) dias úteis, o dobro deste valor;

III – após a incidência das penalidades previstas nos incisos I e II, cassação do alvará e interdição do estabelecimento.

**Parágrafo único.** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência

### SEÇÃO III DA ACESSIBILIDADE A ESTABELECIMENTOS

#### SUBSEÇÃO I DA ADEQUAÇÃO DOS GUICHÊS

**Art. 122.** Os terminais rodoviários, estações de transporte, cinemas, teatros, casa de shows, agências bancárias, dos correios, lotéricas ou órgãos públicos e estabelecimentos de acesso coletivo ou todo e qualquer outro estabelecimento que utilize guichês de atendimento, no Estado do Paraná, deverão manter ao menos um de seus guichês adequado à altura e condizentes às necessidades das pessoas com deficiência, que utilizam cadeiras de rodas, para que tenham um melhor contato visual e de comunicação com o funcionário.

**Art. 123.** O descumprimento do disposto nesta Subseção sujeitará os responsáveis pela infração ao pagamento de multa, correspondente a 500 (quinhentos) UFIR – Unidade Fiscal de Referência, não os desobrigando de seu posterior cumprimento.

**§ 1º** Em caso de reincidência, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da aplicação da primeira multa, o valor da multa a que se refere o *caput* deste artigo será dobrado.

**§ 2º** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## SUBSEÇÃO II DO ACESSO AOS ELEVADORES

**Art. 124.** É vedada qualquer forma de discriminação à pessoa com deficiência no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** Os responsáveis legais pela administração dos edifícios citados no *caput* deste artigo ficam autorizados a regulamentar o acesso a esses imóveis, assim como a circulação dentro deles e a utilização de suas áreas de uso comum e abertas ao uso público, por meio de regras gerais e impessoais não discriminatórias.

**Art. 125.** Todos os elevadores deverão possuir botoeiras internas e externas com informações em Braille, sistema de áudio informando o andar e o sentido de deslocamento e piso tátil de alerta, de acordo com as normas técnicas em vigor.

**Art. 126.** Fica estabelecido que, para maior conforto, segurança e igualdade entre os usuários, o elevador social é o meio usual de transporte de pessoas que utilizem as dependências dos edifícios, independentemente do estatuto pelo qual o fazem e desde que não estejam deslocando cargas, para as quais podem ser utilizados os elevadores especiais.

**Art. 127.** Para conferir efetividade e o conhecimento das disposições da presente Subseção, especialmente do teor do artigo 123, fica determinada a obrigatoriedade da colocação de avisos no interior dos edifícios.

**§ 1º** Os avisos de que tratam o *caput* deste artigo devem configurar-se em forma de cartaz, placa ou plaqueta com os seguintes dizeres: "É vedada qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, deficiência ou doença não contagiosa por contato social no acesso aos elevadores deste edifício".

**§ 2º** Fica o responsável pelo edifício, administrador ou síndico, conforme for o caso, obrigado a colocar na entrada do edifício e de forma bem visível o aviso de que trata este artigo.

**Art. 128.** Os responsáveis pelo descumprimento do disposto nesta Subseção ficará sujeito às seguintes penalidades:

I – advertência e notificação para se adequarem no prazo de 30 (trinta) dias úteis;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

II – multa de 500 (quinhentos) UFIR – Unidade Fiscal de Referência, não os desobrigando de seu posterior cumprimento;

III – após a incidência das penalidades previstas nos incisos I e II, cassação do alvará e interdição do estabelecimento.

**Parágrafo único.** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência

### **SUBSEÇÃO III DA DISPONIBILIDADE DE CADEIRAS DE RODAS**

**Art. 129.** É obrigatório, no âmbito do Estado do Paraná, a disponibilização de ao menos 02 (duas) cadeiras de rodas, dentro das normas técnicas e de segurança, em todos os estabelecimentos públicos ou privados de uso coletivo, inclusive nas agências bancárias.

**Art. 130.** Todos os estabelecimentos públicos ou privados de uso coletivo, inclusive as agências bancárias, deverão assegurar o atendimento das pessoas com deficiência física, em locais de fácil acesso à utilização das cadeiras de rodas, bem como dar publicidade à existência dessa facilidade.

**Art. 131.** O descumprimento do disposto nesta Subseção sujeitará os responsáveis pela infração ao pagamento de multa, correspondente a 500 (quinhentos) UFIR – Unidade Fiscal de Referência, não os desobrigando de seu posterior cumprimento.

**§ 1º** Em caso de reincidência, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da aplicação da primeira multa, o valor da multa a que se refere o *caput* deste artigo será dobrado.

**§ 2º** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência

### **SUBSEÇÃO IV DOS ASSENTOS NAS ÁREAS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE**

**Art. 132.** Serão assegurados às pessoas com deficiência a participação no percentual de 10% (dez por cento) dos assentos reservados nas áreas de embarque e desembarque dos terminais rodoviários e rodoferroviários localizados no Estado, nos termos da Lei Estadual nº 16.397, de 10 de fevereiro de 2010.

**Art. 133.** Os assentos de que tratam o artigo anterior desta Lei terão identificação específica que informe a sua destinação preferencial.



**SUBSEÇÃO V  
DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS  
OU DE USO COLETIVO**

**Art. 134.** A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas com deficiência.

**Parágrafo único.** Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e ao estacionamento de uso público, deverão ser reservadas 5% (cinco por cento) das vagas, próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e demarcadas, conforme legislação e normas técnicas em vigor, para veículos que transportem pessoas com deficiência.

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa com deficiência;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Seção;

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de 01 (um) banheiro acessível por pavimento, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa com deficiência.

**Art. 135.** Os órgãos da Administração direta, indireta, autarquias, empresas de economia mista e entidades privadas que prestem atendimento diretamente ao público ficam obrigados a implementar modificações físicas nas áreas destinadas ao atendimento público, assim como soluções técnicas nos equipamentos de autoatendimento, com vistas à acessibilidade e uso por pessoas com deficiência.

**Parágrafo único.** Para o efetivo cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, entende-se como:





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I – modificações físicas: as adequações necessárias nas áreas destinadas ao atendimento ao público para a eliminação de qualquer entrave ou obstáculo que limite e impeça o acesso de pessoas com deficiência;

II – soluções técnicas: as alterações necessárias nos equipamentos e programas para o uso, sem restrição, das pessoas com deficiência.

**Art. 136.** No caso das edificações públicas já existentes, deverá ser observado o prazo previsto na legislação vigente para o órgão responsável pelos imóveis apresentar a relação de todas as edificações existentes sob sua responsabilidade, indicando as que atendem e as que não atendem as especificações de acessibilidade e um Plano de Obras para a execução das adequações necessárias, contendo estimativa de custos, indicação de previsão no PPA e LOA e programa de execução de obras.

#### SEÇÃO IV DAS EDIFICAÇÕES DE USO PÚBLICO

**Art. 137.** A construção, ampliação, reforma ou adequação de edifícios públicos do Estado do Paraná, incluindo os de Administração Indireta, deve atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**Art. 138.** Os desníveis das áreas de circulação interna ou externa serão transpostos por meio de rampas acessíveis ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso mais cômodo para pessoas com deficiência físico motora.

**Parágrafo único.** No caso das edificações já existentes e que ainda não atendam às especificações de acessibilidade, deverá ser observado o prazo definido na legislação vigente para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência, especialmente com deficiência físico motora.

**Art. 139.** A instalação de novos elevadores ou sua adaptação, quando haja obrigatoriedade da presença de elevadores, deve atender ao disposto no artigo 124 desta Lei, bem como aos padrões das normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**§ 1º** No caso da instalação de elevadores novos ou de troca dos já existentes, qualquer que seja o número de elevadores das edificações previstas no *caput* deste artigo, pelo menos um deles terá cabine que permita acesso e movimentação cômoda de pessoa com deficiência.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 2º** Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento, além do pavimento de acesso, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de equipamentos eletromecânicos de deslocamento vertical para uso das pessoas com deficiência, especialmente com deficiência físico motora.

**§ 3º** As especificações técnicas as quais se referem o parágrafo anterior devem atender:

I – à indicação em planta aprovada pelo poder municipal do local reservado para a instalação do equipamento eletromecânico, devidamente assinada pelo autor do projeto;

II – à indicação da opção pelo tipo de equipamento, como elevador, esteira, plataforma ou similar;

III – à indicação das dimensões internas e demais aspectos da cabine do equipamento a ser instalado;

IV – às demais especificações em nota na própria planta, tais como a existência e as medidas de botoeira, espelho, informação de voz, bem como a garantia de responsabilidade técnica de que a estrutura da edificação suporta a implantação do equipamento escolhido.

**Art. 140.** A construção, ampliação, reforma ou adequação deve dispor de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa com deficiência, sendo distribuídos na razão de, no mínimo, uma cabine para cada sexo em cada pavimento da edificação, com entrada independente dos sanitários coletivos, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**Parágrafo único.** As edificações já existentes deverão garantir pelo menos um banheiro acessível por pavimento, com entrada independente, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados pelas pessoas com deficiência.

**Art. 141.** O Sistema Penal do Estado do Paraná deverá possuir instalações e celas aptas a receber e abrigar as pessoas com deficiência.

**SEÇÃO V**  
**DAS EDIFICAÇÕES DE USO COLETIVO**

**SUBSEÇÃO I**  
**NOS ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS**

**Art. 142.** As instituições financeiras e bancárias que prestem atendimento diretamente ao público ficam obrigadas a implementar modificações físicas nas áreas destinadas ao atendimento público, assim como soluções técnicas nos equipamentos de autoatendimento, com vistas à acessibilidade e ao uso de pessoas com deficiência.

**Parágrafo único.** Para o efetivo cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, entende-se como:

I – modificações físicas: as adequações necessárias nas áreas destinadas ao atendimento ao público para a eliminação de qualquer entrave ou obstáculo que limite e impeça o acesso de pessoas com deficiência;

II – soluções técnicas: as alterações necessárias nos equipamentos e programas para o uso, sem restrição, das pessoas com deficiência.

**Art. 143.** Os estabelecimentos financeiros com agências no Estado do Paraná ficam obrigados a possuir instalações sanitárias separadas por sexo e compatíveis com a pessoa com deficiência, para uso de seus clientes, conforme normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**Parágrafo único.** Os estabelecimentos financeiros referidos no *caput* compreendem os bancos, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança e suas agências, subagências e seções, bem como as conveniadas.

**Art. 144.** Os sanitários devidamente compatíveis com a pessoa com deficiência física deverão estar disponíveis nos mesmos horários de funcionamento dos estabelecimentos financeiros.

**Art. 145.** Todos os estabelecimentos financeiros, nas dependências destinadas para atendimento ao público, deverão possuir bebedouros, observando-se sempre as normas de acessibilidade para a pessoa com deficiência física, sendo disponibilizados copos descartáveis aos clientes.

**Art. 146.** É obrigatória a instalação de caixas pagadoras para uso preferencial de pessoas com deficiência no andar térreo dos estabelecimentos bancários que tenham caixas exclusivamente em andares superiores, exceto nos que possuam elevadores, os quais, deverão disponibilizar, ao menos 01 (uma) cadeira de roda para melhor locomoção interna.

**Art. 147.** É obrigatória a disponibilização de caixa eletrônico em sistema braille e áudio para usuários com deficiência visual em todas as agências bancárias do Estado do Paraná, bem como em todo e qualquer tipo de rede bancária.

**Parágrafo único.** As instruções e áudio para usuário com deficiência visual deverão ser feitas por meio de dispositivo de áudio, mediante utilização de fones de ouvido e teclado mecânico.

**Art. 148.** O acesso do deficiente visual ao caixa eletrônico de que trata o anterior desta Lei deverá ser através de piso tátil, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**Art. 149.** Os estabelecimentos bancários que infringirem o disposto no anterior ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência e notificação para se adequarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis;

II – multa de 35.000 (trinta e cinco mil) UFIR – Unidade Fiscal de Referência, no caso de reincidência; após 15 (quinze) dias úteis, o dobro deste valor;

III – após a incidência das penalidades previstas nos incisos I e II, cassação do alvará e interdição do estabelecimento.

**Parágrafo único.** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

## **SUBSEÇÃO II NOS HOTÉIS, MOTÉIS E SIMILARES**

**Art. 150.** Os hotéis, motéis e estabelecimentos similares estabelecidos no Estado do Paraná ficam obrigados a adaptar suas instalações a fim de garantir o acesso da pessoa com deficiência, reservando-lhes 2% (dois por cento) de seus quartos ou apartamentos, em qualquer número de unidades, sendo no mínimo 01 (uma) unidade adaptada.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 1º** As adaptações de que trata o *caput* serão definidas em conformidade com o disposto nas normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**§ 2º** Os estabelecimentos localizados em prédios que não consigam atender às exigências previstas neste devem apresentar alternativas para análise junto ao órgão competente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da data de notificação.

**Art. 151.** Os hotéis, motéis e similares que infringirem o disposto nesta Subseção ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência e notificação para se adequarem no prazo de 30 (trinta) dias úteis;

II – multa de 500 (quinhentas) UFIR – Unidade Fiscal de Referência, no caso de reincidência; após 15 (quinze) dias úteis, o dobro deste valor;

III – após a incidência das penalidades previstas nos incisos I e II, cassação do alvará e interdição do estabelecimento.

**Parágrafo único.** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência

### **SUBSEÇÃO III NOS SHOPPINGS CENTERS E SIMILARES**

**Art. 152.** Os shopping centers e estabelecimentos similares em todo o Estado do Paraná deverão, obrigatoriamente, disponibilizar cadeiras de rodas para pessoas com deficiência física, devendo haver ao menos 05 (cinco) unidades disponíveis, em conformidade com as normas de acessibilidade em vigor.

**Art. 153.** O fornecimento das cadeiras de rodas, referido no anterior, será gratuito, sem qualquer ônus para o usuário, cabendo exclusivamente aos estabelecimentos comerciais mencionados o seu fornecimento e manutenção em perfeitas condições de uso.

**Art. 154.** Os estabelecimentos obrigados deverão afixar em suas dependências internas, inclusive nas garagens, cartazes ou placas indicativas dos locais onde as cadeiras de rodas encontram-se disponíveis aos usuários.

**Art. 155.** Os shoppings centers e os restaurantes estabelecidos no Estado do Paraná deverão destinar 5% (cinco por cento) dos lugares para refeição nas praças de alimentação para uso preferencial das pessoas com deficiência.

**Parágrafo único.** Os lugares reservados para o cumprimento do disposto neste deverão ser identificados por avisos ou cores que os diferencie dos assentos destinados ao público geral.

**Art. 156.** Os centros comerciais, shopping centers, hiper e supermercados no âmbito do Estado, deverão fornecer, gratuitamente, veículos motorizados para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência.

**Parágrafo único.** Os estabelecimentos referidos neste artigo afixarão, em local de grande visibilidade, nas dependências externas e internas, placas indicativas dos postos de retirada dos veículos motorizados.

**Art. 157.** O estabelecimento que violar o previsto nesta Subseção ficará sujeito às seguintes penalidades:

I – advertência e notificação para se adequarem no prazo de 30 (trinta) dias úteis;

II – multa diária no valor de 2.000 (dois mil) UFIR – Unidade Fiscal de Referência e no caso de reincidência; após 30 (trinta) dias, o valor da multa será dobrado.

III – após a incidência das penalidades previstas nos incisos I e II, cassação do alvará e interdição do estabelecimento.

**Parágrafo único.** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

## SEÇÃO VI DAS EDIFICAÇÕES DE USO PRIVADO

**Art. 158.** Os edifícios de uso coletivo privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

I – percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;

II – percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos; e



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

III – cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas com deficiência.

**Art. 159.** Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

## SEÇÃO VII DA ACESSIBILIDADE AOS EMPREENDIMENTOS DE INTERESSE TURÍSTICO

**Art. 160.** Os empreendimentos desenvolvidos no Estado do Paraná que envolvam interesse turístico, de lazer ou negócios, eventos, feiras, convenções e afins deverão adequar seus projetos arquitetônicos e de engenharia consoante as normas e especificações de adaptação e acessibilidade.

**Parágrafo único.** Para fins de identificação considera-se empreendimento de interesse turístico qualquer ação que se estruture com objetivos de receptivo, atendimento, entretenimento e hospitalidade destinados ao visitante ou residente tais como: eventos gerais e turísticos, campanhas promocionais, programas de capacitação e preparação de recursos humanos, atividades empresariais com projetos arquitetônicos e de engenharia como meios de hospedagem, alimentação e entretenimento, Centros de Eventos e Convenções tradicionais ou alternativos e outros que venham a sofrer adaptação para este fim, Centrais de Informação e Atendimento ao Visitante e terminais de transportes modais utilizados para fins turísticos e recreacionais.

**Art. 161.** As pessoas com deficiência deverão gozar de pelo menos 01 (uma) acomodação (quarto) adaptada nos empreendimentos relativos ao meio de hospedagem com possibilidade e condições de utilização com segurança e autonomia dos espaços, inclusive nos banheiros e ainda, dispor de equipamentos, mobiliário e pessoal capacitados para assegurar a recepção e a acessibilidade.

**Parágrafo único.** As referidas adaptações deverão contemplar todos os tipos de deficiência em conformidade com a presente Lei.

**Art. 162.** Os municípios deverão regulamentar a presente Seção no que concerne à construção de áreas de adaptação arquitetônica e de acessibilidade, observando sempre as legislações aplicáveis à espécie.



**Art. 163.** Para os fins desta Seção entende-se por:

I – adaptações arquitetônicas: quaisquer alterações promovidas em edificações com objetivo de permitir à pessoa com deficiência superar as barreiras da mobilidade, bem como entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança.

II – adaptações das áreas comuns: modificações promovidas em locais como banheiros, estacionamentos, pistas de dança, quadras, áreas de lazer e esportes, arquibancadas e áreas de assentos, decks (saunas, piscinas), áreas de hidromassagem, bares, restaurantes e similares, ou onde mais aconteça fluxo de visitantes e turistas.

**Art. 164.** Os empreendimentos turísticos novos e aqueles que estiverem adaptados e adequados ao conjunto de recomendações indicadas em legislação própria e na legislação específica que atendam à recepção e à acessibilidade das pessoas com deficiência deverão adotar a identificação geral internacional convencionada e a especificada pelo Ministério do Turismo.

**Art. 165.** O Estado do Paraná será devidamente dividido em áreas de maior concentração turística para realização de empreendimentos de caráter público ou privado voltados para o turismo local, visando à conscientização das pessoas com deficiência e demais interessadas por meio da indicação dos acessos e das possibilidades de utilização pelas mesmas.

**Art. 166.** A liberação de apoio, recursos e benefícios institucionais, técnicos ou financeiros destinados aos empreendimentos de interesse turístico promovidos por empresários, prefeituras, entidades ou comunidades, provenientes de órgãos voltados para o setor em nível estadual, só ocorrerá após a verificação de adequação ao conjunto de recomendações indicadas na legislação própria e específica em relação a espaços físicos, mobiliários, equipamentos e pessoa capacitada para o atendimento e acessibilidade da pessoa com deficiência.

**Art. 167.** Nos alvarás a serem concedidos para novos empreendimentos deverão constar destaque para a adequação e adaptação às pessoas com deficiência.

**Art. 168.** As pessoas jurídicas de direito público ou privado que não cumprirem o disposto nesta Lei, serão notificadas em primeira avaliação e em seguida, caso não cumprindo as exigências iniciais, estarão sujeitas a multas que variam de 500 a 50.000 de (quinhentas a cinquenta mil) UFIR – Unidade Fiscal de Referência dependendo das especificações do empreendimento e do evento ou do local a ser contemplado com a utilização dos visitantes e turistas.



**Parágrafo único.** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência

**Art. 169.** O Poder Executivo do Estado do Paraná por meio de sua designação, contará com órgão competente para a fiscalização e controle da aplicabilidade pelo disposto nesta Seção.

## **SEÇÃO VIII DA ACESSIBILIDADE AOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS**

**Art. 170.** As soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreira na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com as exigências dos órgãos federais e estaduais responsáveis pelo patrimônio histórico.

**Parágrafo único.** Deverá ser garantido o acesso a todos os bens culturais imóveis no Estado do Paraná, e quando não seja possível, deverá haver mapa tátil com a descrição volumétrica do local.

## **SEÇÃO IX DA ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS**

### **SUBSEÇÃO I DA ACESSIBILIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO**

**Art. 171.** Os veículos de transporte coletivo, metropolitano e intermunicipal, público e privado, em trânsito no Estado do Paraná deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas em vigor.

**Art. 172.** Todos os modelos e marcas de veículos de transporte coletivo rodoviário, metropolitano e intermunicipal, público e privado, para utilização no Estado do Paraná, serão fabricados acessíveis e disponíveis para integrar a frota operante, de forma a garantir o seu uso por pessoas com deficiência, observado o disposto na legislação federal em vigor.

**Parágrafo único.** A substituição da frota operante atual por veículos acessíveis, a ser feita pelas empresas concessionárias e permissionárias de transporte coletivo rodoviário, metropolitano e intermunicipal, público e privado, dar-se-á de forma gradativa, conforme o prazo previsto nos contratos de concessão e permissão desse serviço.

**Art. 173.** As empresas concessionárias e permissionárias dos serviços de transporte coletivo rodoviário, metropolitano e intermunicipal, público e privado, deverão garantir a acessibilidade da frota de veículos em circulação, inclusive de seus equipamentos, observado o disposto na legislação federal em vigor.

**Art. 174.** As empresas permissionárias de transporte coletivo metropolitano e intermunicipal ficam obrigadas a permitir o embarque e o desembarque, pela mesma porta, dos usuários com qualquer deficiência.

**Parágrafo único.** Nos casos em que se fizer necessária a permissão referida no *caput* deste artigo, esta será estendida ao acompanhante do usuário em questão, conforme disposto nesta Lei.

**Art. 175.** Os ônibus das linhas metropolitanas e intermunicipais de transporte coletivo do Estado ficam autorizados a parar fora dos pontos obrigatórios de parada, para embarque e desembarque de passageiros com deficiência física, podendo este indicar o melhor local para desembarque, desde que o itinerário original da linha seja respeitado.

## **SUBSEÇÃO II**

### **DA ACESSIBILIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO METROFERROVIÁRIO METROPOLITANO E FERROVIÁRIO INTERMUNICIPAL**

**Art. 176.** A frota de veículos de transporte coletivo metroferroviário metropolitano e ferroviário intermunicipal, assim como a infraestrutura dos serviços deste transporte deverão estar totalmente acessíveis no prazo definido na legislação federal em vigor.

**§ 1º** A acessibilidade nos serviços de transporte coletivo metroferroviário metropolitano e ferroviário intermunicipal obedecerá ao disposto nas normas técnicas de acessibilidade em vigor.

**§ 2º** Todos os modelos e marcas de veículos de transporte coletivo metroferroviário metropolitano e ferroviário intermunicipal serão fabricados de forma acessível e estarão disponíveis para integrar a frota operante, de modo a garantir o seu uso por pessoas com deficiência.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 177.** Os serviços de transporte coletivo metroferroviário e ferroviário existentes deverão estar totalmente acessíveis no prazo máximo definido na legislação federal em vigor.

**Parágrafo único.** As empresas concessionárias e permissionárias dos serviços de transporte coletivo metroferroviário metropolitano e ferroviário intermunicipal deverão apresentar plano de adaptação dos sistemas existentes, prevendo ações saneadoras com acessibilidade total sobre os elementos que compõem o sistema, conforme legislação federal em vigor.

## **SEÇÃO X**

### **DA ACESSIBILIDADE DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E SINALIZAÇÃO**

**Art. 178.** O Poder Público do Estado do Paraná promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, garantindo-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

**Art. 179.** O Poder Público do Estado do Paraná formará profissionais intérpretes de escrita em braile, de linguagem de sinais e de guias intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta com a pessoa com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

**Art. 180.** Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtitulação para garantir o direito de acesso à informação às pessoas com deficiência auditiva.

**Art. 181.** Ficam reconhecidas oficialmente pelo Estado do Paraná a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - Libras - e outros recursos de expressão a ela associados, como meios de comunicação objetiva e de uso corrente.

**§ 1º** Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras o meio de comunicação de natureza visual gestual, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas. É a forma de expressão do surdo e sua língua natural.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 2º** Para os propósitos desta Lei e da Linguagem Brasileira de Sinais, os intérpretes serão preferencialmente ouvintes e os instrutores serão preferencialmente surdos.

**Art. 182.** As mensagens de publicidade de atos, programas, serviços e campanhas da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado do Paraná, veiculadas na televisão, terão tradução simultânea para a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e serão apresentadas em legendas com o objetivo de tornarem-se acessíveis as pessoas com deficiência auditiva.

**Art. 183.** As editoras instaladas no Estado do Paraná e que, no território paranaense, comercializem livros, apostilas ou outras obras literárias de quaisquer gêneros deverão atender às solicitações dos consumidores com deficiência visual para impressão em braille ou em fonte ampliada das obras que editam, assim como disponibilizar versão em áudio.

**Art. 184.** O fabricante de produtos industrializados deverá disponibilizar, mediante solicitação, instruções de uso em meio magnético, braille ou em fonte ampliada.

**§ 1º** Os produtos industrializados a que o *caput* deste artigo refere-se compreendem: produtos de beleza, produtos alimentícios, eletrodomésticos e medicamentos.

**§ 2º** As instruções às quais se referem o *caput* deste artigo são informações de uso e características dos produtos, tais como: o valor calórico, a natureza do produto, a composição química, o funcionamento, as contra indicações, a data de fabricação e a data de validade.

**Art. 185.** As empresas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e telefonia celular no Estado do Paraná deverão, no modo que estabelece o presente diploma legal, fornecer nas faturas e documentos de cobrança informações básicas no sistema braille ou em fonte ampliada, sempre que requerido.

**Parágrafo único.** A impressão em braille ou em fonte ampliada será, obrigatoriamente, na parte superior do documento.

**Art. 186.** As empresas concessionárias poderão optar pela impressão em todos os documentos ou realizar o cadastramento das pessoas com deficiência visual.

**Parágrafo único.** Caso a empresa opte pelo cadastramento das pessoas com deficiência visual, deverá promover publicidade da forma desse cadastramento.



**Art. 187.** A impressão em braille ou em fonte ampliada deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: data de vencimento; valor da fatura, valor dos juros, multa por atraso; nome da empresa, nome do usuário e endereço para fins de confirmação.

**Parágrafo único.** Em caso de reaviso de vencimento a palavra REAVISO também será impressa em braille ou em fonte ampliada.

**Art. 188.** As empresas de que trata a presente Seção deverão providenciar a impressão no sistema braille desde a promulgação da presente Lei.

**§ 1º** As empresas que não cumprirem quaisquer dos dispositivos desse instrumento sofrerão multa de 150.000 (cento e cinquenta mil) UFIR por mês, até a devida regularização.

**§ 2º** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência

## **SEÇÃO XI DAS AJUDAS TÉCNICAS**

**Art. 189.** O Poder Público do Estado do Paraná promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

**Art. 190.** O Poder Público do Estado do Paraná, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

- I – à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;
- II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas com deficiência;
- III – à formação e especialização de recursos humanos em acessibilidade.

## SEÇÃO XII DO CÃO-GUIA

**Art. 191.** É assegurado à pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia, bem como treinador ou acompanhante habilitado, o direito de ingressar e permanecer com o animal em qualquer local aberto ao público ou utilizado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento de ingresso, no Estado do Paraná.

**§ 1º** A deficiência visual referida no *caput* deste artigo restringe-se à cegueira e à baixa visão.

**§ 2º** Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se locais abertos ao público, ou utilizados pelo público:

- I – os próprios estaduais de uso comum do povo e de uso especial;
- II – os edifícios de órgãos públicos em geral;
- III – os hotéis, pensões, estalagens ou estabelecimentos similares;
- IV – as lojas de qualquer gênero, restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes;
- V – os cinemas, teatros, estádios, ginásios ou qualquer estabelecimento público de diversão ou esporte;
- VI – os supermercados, shopping centers, ou qualquer tipo de estabelecimento comercial ou de prestação de serviços;
- VII – os estabelecimentos de ensino público ou privado de qualquer curso ou grau;
- VIII – os clubes sociais abertos ao público;
- IX – os salões de cabeleireiros, barbearias ou estabelecimentos similares;
- X – as entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais, elevadores e escadas de acesso aos mesmos, bem como as áreas comuns de condomínios;
- XI – os meios de transporte públicos ou concedidos, metropolitanos e intermunicipais;



XII – os estabelecimentos religiosos de qualquer natureza.

**§ 3º** Nos locais onde haja cobrança de ingresso é vedada a cobrança de qualquer taxa ou contribuição extra pelo ingresso e permanência do cão-guia.

**Art. 192.** O cão-guia deverá portar a devida identificação e, quando solicitado, seu condutor deverá apresentar documento comprobatório do registro expedido por escola de cães-guia devidamente vinculada à Federação Internacional de Cães-Guia, acompanhado do atestado de sanidade do animal fornecido pelo órgão competente ou médico veterinário.

**Art. 193.** Os estabelecimentos e pessoas que impedirem o acesso e permanência de deficientes visuais acompanhados do cão-guia estão sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência e multa diária no valor de 2.000 (dois mil) UFIR – Unidade Fiscal de Referência; no caso de reincidência, o valor da multa será dobrado.

II – após a incidência das penalidades previstas no inciso I, cassação do alvará e interdição do estabelecimento.

**Parágrafo único.** Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados à criação e execução de políticas públicas para as pessoas com deficiência

**Art. 194.** Viola os direitos humanos aquele que impede ou dificulta o acesso da pessoa com deficiência visual, conduzida por cão-guia, aos locais previstos nesta Lei.

**Parágrafo único.** Os estabelecimentos, empresas ou órgãos que derem causa à discriminação serão punidos com pena de multa e de interdição enquanto dure a discriminação.

**Art. 195.** O direito de ingresso do cão-guia que conduz pessoa com deficiência visual permanece mesmo nos condomínios residenciais em que, por convenção ou regimento interno, fica restrita a presença ou circulação de animais, sejam as pessoas com deficiência moradores ou visitantes.

**Art. 196.** Aos instrutores e treinadores reconhecidos pela Federação Internacional de Cães-Guia e às famílias de acolhimento autorizadas pelas escolas de treinamento filiadas à Federação Internacional de Cães-Guia serão garantidos os mesmos direitos do usuário previstos nesta Subseção.



### SEÇÃO XIII DAS LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS

**Art. 197.** As instituições financeiras estaduais manterão linha de crédito especial destinado às pessoas com deficiência e às entidades que trabalhem na sua promoção e na defesa de seus direitos.

§ 1º Os recursos dos quais tratam o *caput* serão exclusivamente destinados para a cobertura de despesas necessárias à superação das dificuldades geradas pela deficiência.

§ 2º A liberação do crédito especial fica condicionada à prova documental, pelos interessados – pessoas físicas e jurídicas –, de que sua aplicação será feita estritamente na área da deficiência.

**Art. 198.** Tanto às pessoas físicas como às jurídicas, a concessão do crédito especial se dará dentro dos critérios usuais das instituições financeiras, respeitada a capacidade de liquidez dos financiados, demonstrada por documentos que lhes forem solicitados.

**Art. 199.** As pessoas físicas comprovarão a deficiência por meio de documento de identificação da pessoa com deficiência, devendo as entidades fazer prova, por meio de seus estatutos, de que se dedicam à promoção da pessoa com deficiência, comprovando também que se encontram em efetivo e regular funcionamento.

### CAPÍTULO X DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Art. 200.** O Poder Público do Estado do Paraná promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, voltados para a melhoria da qualidade de vida e trabalho das pessoas com deficiência.

§ 1º O desenvolvimento e a pesquisa promovidos ou incentivados pela Administração Pública darão prioridade à geração de conhecimentos e técnicas que visem à prevenção e ao tratamento das deficiências, assim como à produção de ajudas técnicas e tecnologias de apoio.

§ 2º Será incentivada e apoiada a capacitação tecnológica de instituições públicas e privadas que produzam e ofereçam, no Estado, medicamentos, próteses, órteses, instrumentos, equipamentos, serviços e sistemas voltados para melhorar a funcionalidade de pessoas com deficiência.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 201.** O Poder Público do Estado do Paraná adotará medidas de incentivo à produção e ao desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a produção de ajudas técnicas.

**Art. 202.** Serão estimulados a pesquisa e o desenvolvimento, assim como a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso de pessoas com deficiência às tecnologias da informação e comunicação.

§ 1º Será estimulado, em especial, o emprego das tecnologias da informação e comunicação como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação e à educação de pessoas com deficiência.

§ 2º Serão estimuladas a adoção de soluções e a difusão de normas que visem a ampliar a acessibilidade de pessoas com deficiência à computação, aos sítios da rede mundial de computadores (internet) em geral e, em especial, aos serviços de governo eletrônico.

## **CAPÍTULO XI DA DISCRIMINAÇÃO E MAUS-TRATOS**

**Art. 203.** Nenhuma pessoa com deficiência, sobretudo mulheres e crianças com deficiência, será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão, tratamento desumano ou degradante, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

§ 1º Considera-se discriminação qualquer distinção, restrição ou exclusão em razão da deficiência, mediante ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e liberdades fundamentais.

§ 2º Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada para promover a inclusão social ou o desenvolvimento pessoal, não sendo as pessoas com deficiência obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência.

**Art. 204.** Constitui preconceito e discriminação à pessoa com deficiência:

I – impedir, dificultar, obstar ou recusar a livre locomoção em estabelecimentos da Administração Direta ou Indireta e das concessionárias de serviços públicos;

II – impedir, dificultar, obstar ou restringir o acesso às dependências de bares, restaurantes, hotéis, cinemas, teatros, clubes, centros comerciais e similares;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- III – fazer exigências específicas para obtenção e manutenção de emprego;
- IV – induzir ou incitar à prática de atos discriminatórios;
- V – veicular, por meio de comunicação escrita, sonora, audiovisual ou eletrônica, conteúdo discriminatório ou preconceituoso;
- VI – praticar qualquer ato relacionado à pessoa com deficiência que cause constrangimento;
- VII – ofender a honra ou a integridade física em razão da deficiência.

§ 1º Incide nas discriminações previstas nos incisos I e II deste artigo a alegação da existência de barreiras arquitetônicas para negar, dificultar ou restringir atendimento ou prestação de serviço à pessoa com deficiência.

§ 2º A ausência de atendimento preferencial à pessoa com deficiência é forma de prática discriminatória prevista nos incisos VI e VII deste artigo.

**Art. 205.** A Administração Pública Direta e Indireta, em todos os níveis, adotará medidas imediatas, eficazes e apropriadas para:

- I – aumentar a consciência da sociedade em relação à deficiência e às pessoas com deficiência, e promover o respeito por seus direitos;
- II – combater estereótipos, preconceitos e práticas prejudiciais às pessoas com deficiência, incluindo aqueles baseados em sexo e idade, em todos os aspectos da vida;
- III – promover a tomada de consciência a respeito das deficiências e das capacidades da pessoa com deficiência.

Parágrafo único. Estas medidas incluem a execução e a manutenção de campanhas eficazes de conscientização pública, destinadas a:

- a) fomentar atitudes receptivas a respeito dos direitos de pessoas com deficiência;
- b) promover percepções positivas e maior consciência social sobre as pessoas com deficiência;
- c) promover o reconhecimento das competências, méritos, habilidades e contribuições de pessoas com deficiência relacionadas ao ambiente e ao mercado de trabalho;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

d) promover em todos os níveis do sistema educacional, incluindo todas as crianças desde a primeira idade, uma atitude de respeito para os direitos de pessoas com deficiência;

e) estimular todos os órgãos da mídia a difundir a imagem das pessoas com deficiência compatível com o propósito desta Lei;

f) promover programas de capacitação e conscientização a respeito das pessoas com deficiência e seus direitos.

**Art. 206.** O Poder Público Estadual desenvolverá ações de cunho educativo e combativo ao preconceito e à discriminação relativos às pessoas com deficiência, nos serviços públicos e demais atividades exercidas no Estado, conforme o disposto no 204, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais normas da legislação federal e estadual pertinentes.

**Art. 207.** A notificação compulsória de maus-tratos é obrigatória nos casos que envolvam pessoas com deficiência.

**Parágrafo único.** A notificação compulsória será emitida por profissionais dos órgãos públicos das áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública.

**Art. 208.** A notificação compulsória será encaminhada por intermédio dos responsáveis pelas unidades das políticas públicas setoriais ao Conselho Tutelar ou, na falta deste, à Vara da Infância e Juventude, quando se tratar de criança e adolescente, e ao Ministério Público, quando se tratar de pessoa com deficiência adulta.

**Art. 209.** É de responsabilidade da autoridade policial e dos órgãos de segurança pública, recebida a notícia do desaparecimento de pessoa com deficiência, de qualquer idade, proceder a sua imediata busca e localização.

### **TÍTULO III DA FORMULAÇÃO E COORDENAÇÃO DA POLÍTICA**

#### **CAPÍTULO I DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO PARANÁ – COEDE/PR**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 210.** Fica estabelecido na estrutura organizacional da Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná – COEDE/PR, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas voltadas a assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência.

**Art. 211.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná – COEDE/PR tem por finalidade possibilitar a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas a assegurar o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, a fim de garantir a promoção e proteção das pessoas com deficiência, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das pessoas com deficiência no Estado do Paraná.

**Art. 212.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência será responsável pela instituição das Políticas Estaduais, visando à inclusão das pessoas com deficiência e disporá sobre seus direitos básicos, objeto desta Lei.

**Art. 213.** São funções do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – avaliar, propor, discutir e participar da formulação, execução e fiscalização de políticas públicas para inclusão das pessoas com deficiência, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos e a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Estado do Paraná;

II – formular planos, programas e projetos da política estadual de integração da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à completa implementação e ao adequado desenvolvimento destes planos, programas e projetos;

III – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e inclusão das pessoas com deficiência, por meio da elaboração do Plano Diretor de programas, projetos e ações, bem como pela obtenção dos recursos públicos necessários para tais fins;

IV – acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas estaduais de acesso à saúde, à educação, à habilitação e à reabilitação profissional, ao trabalho, à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer;



V – acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Estado, indicando ao Secretário de Estado responsável pela execução da política pública de atendimento às pessoas com deficiência as medidas necessárias à consecução da política formulada e do adequado funcionamento deste Conselho;

VI – acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a pessoas jurídicas de direito privado, atuantes no atendimento às pessoas com deficiência;

VII – elaborar e apresentar, anualmente, ao Secretário de Estado responsável pela execução da política pública de atendimento às pessoas com deficiência, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho Estadual no período;

VIII – acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política estadual para inclusão das pessoas com deficiência;

IX – apreciar e avaliar a proposta orçamentária da política pública;

X – propor aos poderes constituídos, modificações nas estruturas governamentais diretamente ligadas à proteção e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

XI – oferecer subsídios para elaboração de anteprojetos de Lei atinentes aos interesses das pessoas com deficiência;

XII – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito às pessoas com deficiência;

XIII – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas sobre a questão das deficiências;

XIV – pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pela Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência;

XV – aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento às pessoas com deficiência que pretendam integrar o Conselho Estadual;

XVI – receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixa de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às pessoas com deficiência, adotando as medidas cabíveis;

XVII – promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XVIII – propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

XIX – promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros visando atender aos seus objetivos;

XX – incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

XXI – receber de órgãos públicos, entidades privadas ou de particulares todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade.

XXII – manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

XXIII - avaliar anualmente o desenvolvimento estadual e municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência visando à sua plena adequação;

XXIV - elaborar seu Regimento Interno.

**Parágrafo único.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná – COEDE/PR poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o fiel cumprimento das suas atribuições.

**Art. 214.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná – COEDE/PR deverá apresentar, no prazo de 120 (cento e vinte dias) da data de promulgação desta Lei, o Plano Estadual da Pessoa com Deficiência, o qual deverá contemplar Programas, Projetos e Ações para sua concretização, que deverão ser contemplados pelo Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Art. 215.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná – COEDE/PR deverá convocar a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual deverá realizar-se em data anterior à Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



**Art. 216.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná – COEDE/PR será composto por 24 (vinte e quatro) membros e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado.

**Art. 217.** A representação do Poder Público será composta da seguinte forma:

I – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, que preferencialmente atuem na área, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública da saúde, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública do trabalho, emprego e economia solidária, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da família e desenvolvimento social, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública da educação, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública da justiça, cidadania e direitos humanos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública da ciência, tecnologia e ensino superior, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública de segurança pública, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública da cultura, a serem indicados pelo titular da Pasta;

X – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública do turismo, a serem indicados pelo titular da Pasta;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

XI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública do esporte, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XII - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública do planejamento e coordenação geral, a serem indicados pelo titular da Pasta.

**Parágrafo único.** Os representantes governamentais serão preferencialmente servidores com deficiência ou comprometidas com a causa da pessoa com deficiência.

**Art. 218.** A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por 12 (doze) representantes, dentre as entidades indicadas por Assembleia convocada especificamente para este fim, sendo 02 (dois) representantes das seguintes áreas de atuação:

- I - deficiência física;
- II - deficiência auditiva
- III - deficiência mental;
- IV - deficiência visual;
- V - transtorno global do desenvolvimento;
- VI - múltipla deficiência.

**Art. 219.** Na ausência de entidade com representação estadual em qualquer das áreas descritas no anterior, será indicada outra mediante eleição entre as demais entidades.

**Art. 220.** Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR, com direito a voz, sem direito a voto:

I – 01 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

II – 01 (um) representante do Ministério Público do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná;

III – 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pela Defensora Pública Geral do Estado do Paraná;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

IV – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná;

V – 01 (um) representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pela Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.

**Parágrafo único.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou de órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão, e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

**Art. 221.** A eleição dos membros representantes da sociedade civil organizada do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE será realizada em assembleia convocada especificamente para este fim.

§ 1º A Assembleia de Eleição será convocada a cada 02 (dois) anos pelo Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR.

§ 2º O Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR deverá convocar a Assembleia de Eleição com antecedência de 90 (noventa) dias do término do mandato dos membros representantes da sociedade civil.

§ 3º As entidades da sociedade civil com representação estadual deverão apresentar documentação comprobatória do exercício de suas atividades há pelo menos 01 (um) ano e indicar 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente para participação na Assembleia Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

§ 4º O Ministério Público assistirá e fiscalizará a eleição dos membros representantes da sociedade civil organizada durante a Assembleia convocada especificamente para este fim.

**Art. 222.** Caberá aos órgãos públicos e às entidades da sociedade civil a indicação de seus membros efetivos e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 223.** O não atendimento ao disposto no anterior, quando se tratar de entidades da sociedade civil implicará na substituição da entidade por sua suplente mais votada na ordem de sucessão.

**Art. 224.** Os membros das entidades da sociedade civil e seus respectivos suplentes não poderão ser destituídos no período do mandato, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada por 2/3 (dois terços) do Conselho.

**Art. 225.** Será necessariamente substituído o membro do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR que:

- I – desvincular-se do órgão de origem de sua representação;
- II – faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões intercaladas, sem justificativa;
- III – apresentar renúncia ao Plenário do Conselho;
- IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções.

**Art. 226.** A justificativa de falta prevista no inciso II do anterior deverá ser dirigida ao Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis anteriores ao evento ou reunião, salvo motivo de força maior posteriormente justificado.

**Art. 227.** A substituição involuntária, quando necessária, dar-se-á por deliberação da maioria dos membros presentes à sessão do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

**Art. 228.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

**Art. 229.** O Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE, em vigor, deverá ser alterado no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Lei, adequando-se aos seus termos.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 230.** O mandato dos membros do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE será de 2 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

**Art. 231.** O desempenho da função de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, sendo seu exercício prioritário, justificando as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

**Art. 232.** As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE serão tomadas pela maioria simples, estando presente a maioria absoluta dos membros do Conselho.

**Art. 233.** Todas as reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE serão sempre abertas à participação de quaisquer interessados.

**Art. 234.** Ao Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE compete:

- I - representar o Conselho junto a autoridades, órgãos e entidades;
- II - dirigir as atividades do Conselho;
- III - convocar e presidir as sessões do Conselho;
- IV - proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

**Art. 235.** O Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente do Conselho, e, na ausência simultânea de ambos, presidirá o Conselho o seu membro mais antigo.

**Art. 236.** A Presidência do Conselho terá alternância em sua gestão, sendo um mandato presidido por uma representante do Poder Público e o outro por um representante da sociedade civil organizada.

**Art. 237.** À Secretária Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE compete:

- I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;

III – manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;

IV – organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho;

V – exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

**Art. 238.** O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE serão eleitos pela maioria qualificada do Conselho.

**Parágrafo único.** O Regimento Interno disporá sobre as eleições gerais.

**Art. 239.** A Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência prestará o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE.

**Art. 240.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE deverá ser instalado em local indicado pelo Estado, incumbindo à Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência adotar as providências para tanto.

**Art. 241.** O Poder Executivo do Estado do Paraná arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência dos Conselheiros e seus acompanhantes não residentes em Curitiba e Região Metropolitana, quando necessário e justificadamente, para o exercício de suas funções.

**Art. 242.** O Poder Executivo do Estado do Paraná deverá custear as despesas dos Delegados eleitos na Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e seus acompanhantes, quando necessário e justificadamente, para tornar possível sua presença na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Parágrafo único.** A previsão do *caput* deste artigo refere-se tanto aos Delegados representantes do Poder Público quanto aos Delegados representantes da sociedade civil organizada.

**Art. 243.** O Poder Executivo deverá arcar com as despesas de realização e divulgação das Conferências Estaduais dos Direitos da Pessoa com Deficiência.





**Art. 244.** As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão disciplinadas pelo seu Regimento Interno.

## **CAPÍTULO II DA ASSESSORIA ESPECIAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Art. 245.** A Assessoria Especial para a Integração da Pessoa com Deficiência, vinculada à Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, será responsável pelo monitoramento da implementação dos dispositivos desta Lei, mediante a criação de mecanismos específicos para este fim, no prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação desta Lei.

**Parágrafo único.** Deverá ser instituído um Comitê Intersecretarial para viabilizar o monitoramento e implementação referida no *caput* deste artigo, a ser regulamentado pela Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no prazo de 60 (sessenta) dias da data publicação desta Lei.

## **CAPÍTULO III DA ÁREA DE ATENÇÃO ESPECIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Art. 246.** Fica instituída, no âmbito de cada Órgão e Entidade da Administração Pública do Estado, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, a Área de Atenção Especial à Pessoa com Deficiência, destinada a conferir tratamento prioritário e adequado aos assuntos que lhe são relativos.

**Parágrafo único.** A Administração Pública do Estado compreende as Secretarias de Estado, os Órgãos de Regime Especial, as Autarquias, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista, os Serviços Sociais Autônomos e os Órgãos de Representação do Estado do Paraná.

**Art. 247.** A Área de Atenção Especial à Pessoa com Deficiência ficará sob a coordenação da Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, por meio da Assessoria Especial para Integração da Pessoa com Deficiência, responsável pela execução das Políticas Públicas do Estado do Paraná para Promoção e Inclusão da Pessoa com Deficiência e demais políticas públicas elaboradas com relação à pessoa com deficiência.



**Art. 248.** Para a consecução do disposto no artigo 245 desta Lei será designado, no âmbito de cada Órgão e Entidade da Administração Pública do Estado, pelos seus titulares, servidor pertencente ao respectivo quadro funcional para atuar como "Ponto Focal de Atendimento" na Área de Atenção Especial à Pessoa com Deficiência.

**§ 1º** O servidor designado como "Ponto Focal de Atendimento", a que se refere o *caput*, atuará sob a orientação da Assessoria Especial para Integração da Pessoa com Deficiência.

**§ 2º** As atribuições dos "Pontos Focais de Atendimento" referidos no *caput* serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades inerentes aos seus respectivos cargos e funções.

**§ 3º** Na ausência ou impedimento dos "Pontos Focais de Atendimento" designados, os titulares de Órgão e Entidade da Administração Pública do Estado designarão suplentes para o exercício temporário da atribuição.

**Art. 249.** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, regulamentado por esta Lei, como órgão colegiado consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas voltadas a assegurar os direitos da pessoa com deficiência, vinculado à Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, sem prejuízo de suas atribuições, acompanhará os trabalhos desenvolvidos pela Assessoria para Integração da Pessoa com Deficiência e pela Área de Atenção Especial à Pessoa com Deficiência.

**Art. 250.** Serão afixados, nas sedes dos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado, informativos que destaquem a identificação do "Ponto Focal de Atendimento" a que se refere este Capítulo.

**Art. 251.** Os Órgãos e Entidades abrangidos por esta Lei terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação, para a indicação do "Ponto Focal de Atendimento" à Assessoria Especial para Integração da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência.

**Art. 252.** Os procedimentos operacionais da Área de Atenção Especial à Pessoa com Deficiência deverão ser definidos em ato normativo próprio, elaborado pela Assessoria para Integração da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, no prazo máximo de 90 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta Lei.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 253.** Fica assegurado aos surdos o direito à informação e ao atendimento em toda a Administração Pública, direta e indireta, por servidor em condições de comunicar-se através das Libras.

**Parágrafo único.** Para efetivar o disposto no *caput* deste artigo o Poder Executivo poderá estabelecer convênios com entidades públicas ou privadas que atuem no atendimento dos surdos.

#### **CAPÍTULO IV DO CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Art. 254.** O Governo do Estado fica autorizado a criar os Centros de Referência e Apoio às Pessoas com Deficiência em todo o território do Estado do Paraná.

**Art. 255.** O Centro de Referência e Apoio às Pessoas com Deficiência terá como principais finalidades:

I – disponibilizar para as pessoas com deficiência e suas famílias informações e encaminhamentos necessários sobre recursos para atendimento de suas necessidades na área de políticas públicas;

II – disponibilizar para a população em geral informações que possibilitem a valorização da diversidade humana e fortalecimento da aceitação das diferenças individuais;

III – fornecer orientação geral aos pais, a partir do período pré-natal, na rede pública de saúde, com continuidade nas fases seguintes do desenvolvimento da pessoa.

**Art. 256.** Para viabilizar a criação dos Centros de Referência e Apoio às Pessoas com Deficiência, o Poder Executivo poderá celebrar convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

#### **CAPÍTULO V DO FUNDO ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Art. 257.** O Poder Executivo do Estado do Paraná com a finalidade de prover recursos para a realização de políticas públicas, planos, projetos, programas, ações, entre outros, visando a assegurar, promover e proteger o exercício



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

pleno e em condições de equidade de todos os direitos humanos e fundamentais das pessoas com deficiência, encaminhará Anteprojeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná propondo a criação do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência - FEPcD, no âmbito da Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas das pessoas com deficiência.

**Parágrafo único.** O Anteprojeto de Lei propondo a criação do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência deverá ser encaminhado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação da presente Lei.

#### **TÍTULO IV DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

**Art. 258.** As medidas de proteção à pessoa com deficiência são aplicáveis sempre que os seus direitos, reconhecidos nesta Lei ou em outra legislação, forem ameaçados ou violados:

- I – por falta, omissão ou abuso da família, tutor, curador ou entidade de atendimento;
- II – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- III – em razão de sua condição pessoal.

#### **TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 259.** Para atendimento do disposto nesta Lei, os concursos públicos de provas ou de provas e títulos realizados no âmbito da administração direta e indireta do Estado para a disputa de vagas para o cargo de médico, obrigatoriamente, reservarão percentual de vagas para a função de médico pediatra e médico neonatologista.

**Art. 260.** As obrigações previstas nesta Lei não excluem as já estabelecidas em outras legislações, inclusive em pactos, tratados, convenções e declarações internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

**Art. 261.** O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) deverão conter programas, metas e recursos orçamentários destinados ao atendimento das pessoas com deficiência, observando o disposto no parágrafo único do artigo 2º.





**Art. 262.** As despesas decorrentes na aplicação desta Lei, no corrente exercício, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementares, caso necessário.

**Art. 263.** Ficam revogadas:

- I – Lei nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997;
- II – Lei nº 13.041, de 11 de janeiro de 2001;
- III – Lei nº 13.450, de 11 de janeiro de 2002;
- IV – Lei nº 13.456, de 11 de janeiro de 2002;
- V – Lei nº 13.871, de 25 de novembro de 2002;
- VI – Lei nº 15.000, de 26 de janeiro de 2006;
- VII – Lei nº 15.139, de 31 de maio de 2006;
- VIII – Lei nº 15.051, de 17 de abril de 2006;
- IX – Lei nº 15.267, de 18 de setembro de 2006;
- X – Lei nº 15.427, de 15 de janeiro de 2007;
- XI – Lei nº 15.430, de 15 de janeiro de 2007;
- XII – Lei nº 15.432, de 15 de janeiro de 2007;
- XIII – Lei nº 15.441, de 15 de janeiro de 2007;
- XIV – Lei nº 15.539, de 22 de junho de 2007;
- XV – Lei nº 16.087, de 23 de abril de 2009;
- XVI – Lei nº 16.629, de 22 de novembro de 2010;
- XVII – Lei nº 15.267, de 18 de setembro de 2006;
- XVIII – Decreto nº 857, de 24 de março de 2011;
- XIX – Decreto nº 5.417, de 18 de setembro de 2009;
- XX – o art. 1º, da Lei nº 12.095, de 11 de março de 1998.

**Art. 264.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM  
Nº 072 /2014

Curitiba, em 11 de julho de 2014.



I-Protocolo-se  
II-À Diretoria Geral com vista à  
Diretoria de Pessoal  
Em, 15/06/2014

Senhor Presidente,

Presidente

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
PALÁCIO XIX DE ABRIL  
CASA DO GOVERNADOR

SGP

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, destinado a estabelecer orientações normativas que objetivam assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de equidade de todos os direitos humanos e fundamentais das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania plena, efetiva e participativa.

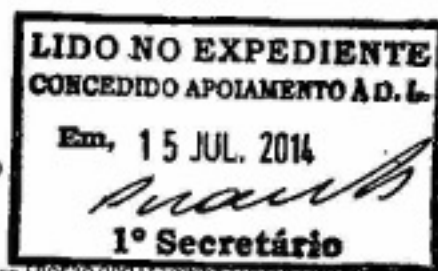
O Governo do Estado do Paraná, com o objetivo de consolidar, fortalecer e ampliar os direitos das pessoas com deficiência, elaborou, com base na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas e nas legislações federal e estadual vigentes, em conjunto com a sociedade civil de todo o Estado do Paraná, o presente Anteprojeto de Lei que institui o Estatuto da pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

Primando pela democratização do processo de elaboração do Anteprojeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, da Vice-Governadoria e com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizou nove Audiências Públicas no Estado do Paraná, sendo a primeira na cidade de Curitiba em 28 de novembro de 2011, e as demais nas cidades de Londrina, Maringá, Guarapuava, Campo Mourão, Cascavel, Ponta Grossa, Palmas e, por fim, novamente em Curitiba.

Destaque-se que, além da realização das referidas audiências, o Governo do Estado realizou consulta pública pela internet, mediante a disponibilização do texto do Anteprojeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência em sua página ([www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)) e de endereço eletrônico específico ([estatutopessoacomdeficiencia@seju.pr.gov.br](mailto:estatutopessoacomdeficiencia@seju.pr.gov.br)) para o encaminhamento de sugestões, críticas e apontamentos para o aprimoramento da presente proposta, durante o período de 28 de novembro de 2011 até o dia 29 de fevereiro de 2012.

Saliente-se que, visando o esclarecimento da população, foi realizada uma Videoconferência para apresentação da versão preliminar do anexo Anteprojeto de Lei para todos os Municípios paranaenses, assegurando ampla divulgação de seu conteúdo.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL/Prot. 11.167.114-1.



Durante as diversas fases de discussão e redação do texto foram apresentadas sugestões para o seu aprimoramento, salientando-se a manifestação de toda a sociedade civil, atendendo ao lema "**Nada sobre nós, sem nós**", bem como a importância de uma legislação consolidada a fim de assegurar e ampliar os direitos das pessoas com deficiência.

Após o encerramento da Agenda das Audiências Públicas todas as sugestões foram compiladas e apresentadas perante o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência para análise e manifestação, sendo o texto finalizado conforme as deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Durante o processo de elaboração da presente proposta, destacou-se como principais pontos:

I - criação de um sistema de informações apto a subsidiar a implementação de políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência;

II - obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados em parques públicos;

III - obrigatoriedade de médico, preferencialmente neonatologista ou pediatra, em todas as salas de parto;

IV - previsão da redução da jornada de trabalho para os servidores públicos estaduais responsáveis legais por pessoa com deficiência;

V - autorização para criação de um Centro de Referência e Apoio à Pessoa com Deficiência;

VI - aumento do valor da renda *per capita* para concessão do benefício do "Passe - Livre" de um salário mínimo e meio para dois salários mínimos;

VII - previsão de aplicação de multa nos casos de descumprimento do Estatuto;

VIII - previsão de criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

IX - obrigatoriedade de disponibilidade de quartos adaptados em hotéis e motéis;

X - ampliação do número de conselheiros do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de doze para vinte e quatro membros;



XI - previsão de avaliação de prova escrita por comissão composta por ao menos um profissional com formação específica na área da deficiência que acarreta especificidades na escrita da língua.

Tendo em vista essa consolidação, fortalecimento e ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, submeto o anexo Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



**PARECER**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei n. 335/2014, de autoria do Poder Executivo que "ESTABELECE O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ"

Relator: Deputado PEDRO LUPION

**i. Relatório.**

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 335/2014, de autoria do PODER EXECUTIVO, nos termos da mensagem governamental nº 072/2014, que objetiva estabelecer o Estatuto da pessoa com deficiência do Estado do Paraná.

Conforme consta da mencionada mensagem, o Estatuto ora encaminhado a esta e.Casa Legislativa é "*destinado a estabelecer orientações normativas que objetivam assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de equidade de todos os direitos humanos e fundamentais das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania plena, efetiva e participativa*"<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Excerto Mensagem nº 072/15 - fls. 80

VISTA EM 12/08/2014

Dep. Pericles Gallo



Em apertada síntese, menciona que o Governo do Estado do Paraná objetivando fortalecer políticas voltadas à pessoas com deficiência, elaborou o presente PL com base na legislação federal, estadual vigente e na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, bem como diversos trabalhos realizados junto a sociedade civil de todo o Estado, consistindo em audiências públicas, consultas públicas por intermédio da internet e ampla divulgação de material contendo versões preliminares do presente PL.

Por fim, pontua as medidas essenciais para se efetivar o fortalecimento e a ampliação dos direitos das pessoas com deficiência no Estado do Paraná.

Uma vez encaminhada a esta Comissão, nos termos regimentais, designou-se o Parlamentar que subscreve o presente como Relator.

É o relatório.

## ii. Fundamentação e voto.

Nos termos do art. 33-A<sup>2</sup>, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP), cabe à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pela proposição considerando que compete concorrentemente aos Estados, Distrito Federal e União legislar sobre a matéria ventilada no presente PL, nos termos do artigo 24, incisos XII e XIV da Constituição Federal (CF), *in verbis*:

<sup>2</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*



*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*(...)*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;*

*(...)*

*XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;*

De igual forma dispõe a Constituição do Estado do Paraná (CE) em seu artigo 13, incisos XII e XIV:

*Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:*

*(...)*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;*

*(...)*

*XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.*

Em relação a iniciativa do presente PL, de se destacar que o artigo 65<sup>3</sup> da CE atribui, inclusive, ao Governador a iniciativa de Leis. No mesmo sentido dispõe o artigo 124<sup>4</sup> do RIALEP.

<sup>3</sup> Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

<sup>4</sup> Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Consigne-se, que em detida análise ao PL se verifica que inúmeros dispositivos ali contidos se insere no âmbito de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos do artigo 66<sup>5</sup> da CE.

Não restando, assim, qualquer inconstitucionalidade quer seja formal ou material a ser apontada no presente PL.

No que concerne a juridicidade, o PL está em perfeita harmonia considerando que: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nele ventilada traz inovações ao ordenamento jurídico; e (iii) está em perfeita consonância com os *princípios gerais do Direito*.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Por fim, destaco que a análise do mérito será realizada nos termos regimentais, entretanto **não posso deixar de apontar que muitos poderão se beneficiar dessa nobre iniciativa, considerando que traz maior efetividade a legislação direcionada a pessoa deficiente, bem como traz inovações que contribuirão com considerável melhora na qualidade de vida dos mesmos.**

Por todo o exposto, considerando estarem presentes todos os requisitos, aos quais competem a esta Comissão apontar para a regular tramitação da matéria **voto pela APROVAÇÃO** do presente PL.

**É O VOTO.**

<sup>5</sup> Art. 66. *Reservado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.




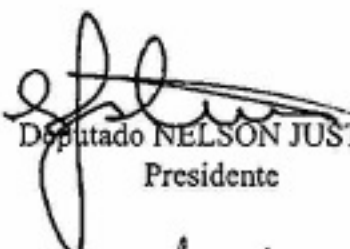


iii. Conclusão

Em face do exposto, concluiu pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 335/2014, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2014.

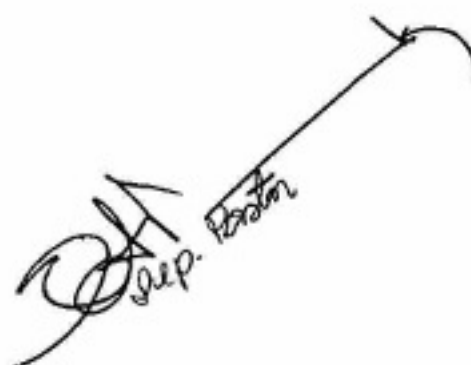
  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Dep. Zucini

  
Dep. Sadun

  
Dep. Permaroli

  
Dep. Pastor

**APROVADO**  
19/08/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
LIDERANÇA DO GOVERNO




## REQUERIMENTO

Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 335/14, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, com fulcro no artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Soberano Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 335/14, oriundo da Mensagem Governamental nº 072/14.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 2014.

  
Deputado Ademair Traiano  
Líder do Governo



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 335/14**

**RELATÓRIO**

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 72/2014, e objetiva estabelecer o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, tendo sido aprovado, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, objetiva também consolidar, fortalecer e ampliar os direitos das pessoas com deficiência.

Vale ressaltar que o Projeto de Lei em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa e competência nos arts. 13, 65, 66, da Constituição do Estado.

Da mesma forma o art. 24, incisos XII e XIV, da Constituição Federal, asseguram a competência concorrentemente dos Estados para tratar de matérias dessa natureza.

Insta observar que, a proposta em questão, em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), esclarece em seu art. 261 que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual deverão conter programas, metas e recursos orçamentários destinados ao atendimento das pessoas com deficiência. Na mesma esteira o art. 262 do Projeto em questão,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



assevera que as despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e quando necessário suplementares.

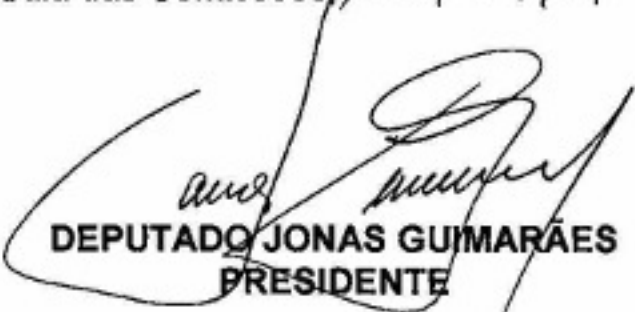
**CONCLUSÃO**


Por fim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.


Sala das Comissões


02/09/14


  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

  
DEP. WILSON

  
DEP. BUNKER

  
DEP. WALDYR

  
DEP. LUIS





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 335/14**

### **Preâmbulo:**

Projeto de Lei nº 335/14, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 72/14, que objetiva instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

### **Fundamentação:**

O presente projeto de lei estabelece orientações normativas que objetivam assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de equidade de todos os direitos humanos e fundamentais das pessoas com deficiência, visando a inclusão social e cidadania plena, efetiva e participativa.

Os direitos humanos manifestam-se na vida real de forma desigual para grupos sociais e pessoas distintas. Mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, grupos em desvantagem econômica, entre outros, lutam para conquistar direitos igualitários na sociedade.

É importante destacar que a ação de movimentos sociais diversos já obtiveram êxito, eliminando ou minimizando inúmeras barreiras para promover e ampliar os direitos humanos de grupos sociais vulneráveis. Contudo, ainda persiste uma desigualdade traduzida na falta de oportunidades de acesso à educação de



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## 4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania

qualidade, necessária para realizar o pleno desenvolvimento de cada indivíduo e sua cidadania.

Relatórios internacionais estimam que, em torno de 10% da população mundial, é constituída por pessoas com deficiência, a maioria das quais vive em países economicamente pobres. No Brasil, o CENSO Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revela que 14,5% da população brasileira apresenta algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, de ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física ou mental. (IBGE, Censo, 2000).

Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição apresentada pelo Poder Executivo, em estabelecer normas de proteção e acessibilidade do cidadão paranaense com algum tipo de deficiência.

Diante da competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.

Desta forma, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº. 335/2014.

Sala das Comissões, 02 de setembro de 2014.

CANTOIA MARIA LIMA

Presidente - DEPUTADO NEY LEPREVOST

Relator

DEPUTADO TADEU VENERI

WILSON QUINTEIRO

WANDYR PUGLIESI

PROJETO DE LEI 348/14

**SÚMULA:** Cria uma Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1º** Fica criada uma Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, de entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2º** Fica alterado o artigo 255-A, da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido do inciso III, com a seguinte redação:

*"Art. 255-A ...*

*(...)*

**III – no Foro Regional de Nova Esperança:**

**a) a 3ª Vara Judicial."**


**Art. 3º** Fica criado um cargo de Juiz de Direito para o Foro Regional de Nova Esperança, de entrância final, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

**Art. 4º** Fica criado um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C e um cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito ora criado no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008 e da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** O cargo criado na forma do *caput* deste artigo é privativo de Bacharel em Direito.

**Art. 5º** Ficam alterados os Anexos IV, V e IX (Tabela 1), da Lei referida no artigo 1º.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**JUSTIFICATIVA**

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 118.640/2013, tem por finalidade criar 1 (uma) Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, de Entrância Final, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

A criação proposta atende ao comando da *Lei Estadual nº 17.585, de 04/06/2013*, que alterou o art. 255 da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias - CODJ), onde *as Comarcas compõem-se de Juízo único ou de duas ou mais varas judiciais*.

De acordo com esta nova estrutura, as varas são criadas com a denominação de Vara Judicial, cuja denominação e competência serão fixadas e alteradas por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Dá a razão de se criar uma "Vara Judicial" (genérica), a qual poderá por Resolução do Órgão Especial do TJPR, ter sua competência fixada como Juizado Especial.

A medida visa assegurar a adequada expansão da estrutura funcional e organizacional do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição, de forma a atender a exigência do art. 5º, inc. LXXVIII, da *Constituição Federal* e a crescente demanda da sociedade por uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Com isso, o Foro Judicial de Nova Esperança passará a ser composta por 1 (uma) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, 1 (uma) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família, e uma Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal, com estrutura administrativa autônoma e cargo de Juiz de Direito.

De forma a dotar a referida vara da estrutura necessária, cria-se 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final, 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, e 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C, ambos de provimento em comissão, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito. Os referidos cargos de assessoramento são privativos de Bacharel em Direito e





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



estão de acordo com as Leis Estaduais nº 15.831 de 12 de maio de 2008 e nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, que criam cargos para o assessoramento dos magistrados das comarcas do Estado do Paraná.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação do cargo de Juiz de Direito e dos cargos de assessoramento, totaliza o valor aproximado de R\$ 298.857,00 para o exercício de 2014, R\$ 540.186,00 para o exercício de 2015 e R\$ 571.703,00 para o exercício de 2016, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

A presente proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 26 de maio de 2014.

A proposta altera os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

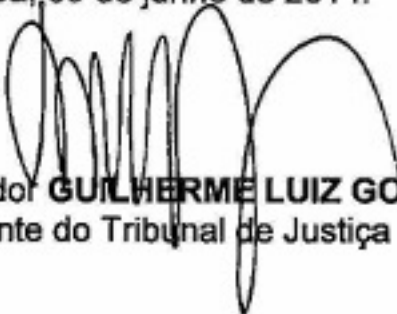
Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2013, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,41% (quatro vírgula quarenta e um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2014, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), declaro que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre a criação de uma Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2014, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 09 de junho de 2014.



Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça

<b>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</b> <b>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003</b> <b>COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV</b>	
...	
NOVA ESPERANÇA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final	
<b>FORO JUDICIAL</b>	
3 Varas Judiciais	
...	
<b>FORO EXTRAJUDICIAL</b>	
...	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ									
Foro Regional de Nova Esperança	Final			2		1			3





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003**  
**CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX**  
**CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1**

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito Da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
...								
...								
...								
Foro Regional de Nova Esperança					1		-1	0
...								

ENTRÂNCIA FINAL

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 09 de junho de 2014.  
Of. nº 555/2014-GP

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em, 15/07/2014

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 04 AGO. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de uma Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o ajudido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**  
Presidente do Tribunal de Justiça

04-100-2014 1422 083336 1/1  
DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação


Pesquisa Rápida  voltar 



Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 14277 - 30 de Dezembro de 2003

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

(vide Lei 14925 de 24/11/2005) (vide Lei 17210 de 02/07/2012) (vide Lei 17395 de 10/12/2012)  
(vide Lei 16027 de 19/12/2008) (vide Lei 16887 de 26/07/2011) (vide Lei 17252 de 31/07/2012)  
(vide Lei 17222 de 09/07/2012)

**Súmula:** Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## **CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ**

### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

~~**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência dos tribunais, Juizes e serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.~~

**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juizes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.  
(Redação dada pela Lei 14925 de 24/11/2005)

**§ 1º.** São regentes do presente código, dentre outros os seguintes princípios constitucionais:

**I** - legalidade;

**II** - impessoalidade;

**III** - moralidade;

**IV** - publicidade;

**V** - eficiência.

**§ 2º.** Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

**I** - probidade;

**II** - motivação;

**III** - finalidade;

**IV** - razoabilidade;

**V** - proporcionalidade;

**VI** - ...Vetado...;

**VII** - interesse público;

**VIII** - modicidade das custas e emolumentos.

**§ 3º.** Na constituição e alteração das atribuições e competências dos Tribunais, Juizes e Serviços

2 d) a Vara de Família.  
(Incluído pela Lei 17256 de 31/07/2012)

e) a Vara da Fazenda Pública. (redação da alínea "e" (erro na Lei consta "d")).  
(Incluído pela Lei 17436 de 21/12/2012)



**V - no Foro Regional de Fazenda Rio Grande:**

a) a Vara Cível;

b) a Vara Criminal; e

c) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

**VI - no Foro Regional de Pinhais:**

a) a Vara Cível;

b) a Vara Criminal; e

c) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

**VII - no Foro Regional de Rio Branco do Sul:**

a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

**VIII - no Foro Regional de São José dos Pinhais:**

a) a 3ª Vara Cível; e

b) a Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

c) a Vara de Fazenda Pública.  
(Incluído pela Lei 17056 de 23/01/2012)

d) a 3ª Vara Criminal. (redação da alínea "d" (erro: na Lei consta "e"))  
(Incluído pela Lei 17324 de 08/10/2012)

**IX - no Foro Regional da Lapa:**

**IX - no Foro Regional de Piraquara:**  
(Redação dada pela Lei 17136 de 02/05/2012)

~~a) a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e~~

a) a Vara de Execuções Penais.  
(Redação dada pela Lei 17136 de 02/05/2012)

b) a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

**Art. 255-A.** Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Maringá o seguinte:  
(Incluído pela Lei 17221 de 09/07/2012)

**I - No Foro Regional de Sarandi:**  
(Incluído pela Lei 17221 de 09/07/2012)

a) a 2ª Vara Criminal;  
(Incluído pela Lei 17221 de 09/07/2012)

b) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.  
(Incluído pela Lei 17221 de 09/07/2012)

**II - No Foro Regional de Mandaguari:**



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

 voltar



Exibir Ato



Página para impressão

Lei 15831 - 12 de Maio de 2008

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 7718 de 12 de Maio de 2008

(vide Lei 16957 de 05/12/2011)

**Súmula:** Cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Ficam criados 190 (cento e noventa) cargos de Assessor de Julz de Direlto, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo II da Lei nº 14807, de 20/07/05, que por sua vez constitui a tabela 2 do Anexo III da Lei nº 11719, de 12/05/97.

**Art. 2º.** Os cargos criados na forma do artigo 1º são privativos de bacharéis em Direlto e destinam-se ao assessoramento dos Juízes de Direlto, de entrância final, da magistratura de primeiro grau, exclusivamente para os Juízos constantes no Anexo I desta lei.

**Art. 3º.** O provimento em comissão, dos cargos criados por esta lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo magistrado, observando-se critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 07, de 18/10/05.

**Art. 4º.** O preenchimento dos cargos fica condicionado aos limites constantes da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, em especial ao cumprimento do disposto em seus artigos 16 e 17.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Judiciário.

**Art. 6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de maio de 2008.

*Roberto Requião*  
Governador do Estado

*Jair Ramos Braga*  
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

*Maria Marta Renner Weber Lunardon*  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

*Rafael Iatauro*  
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo10015_1425.pdf



todo

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CELEPAR

CASA CIVIL



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar



Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 16957 - 05 de Dezembro de 2011

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8603 de 5 de Dezembro de 2011

**Súmula:** Cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Ficam criados 667 (seiscentos e sessenta e sete) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juizes de Direito do Estado do Paraná, compreendidos os Juizes de Direito de entrância final, intermediária e inicial, os Juizes de Direito Substitutos e Juizes de Direito Substitutos em Segundo Grau, distribuídos de acordo com o Anexo I desta Lei.

**Art. 2º.** Ficam criados 120 (cento e vinte) cargos de Assistente de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, distribuídos de acordo com o Anexo II desta Lei.

**Art. 3º.** O provimento em comissão dos cargos previstos nesta Lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo magistrado, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução n.º 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**Art. 4º.** Fica alterada a denominação dos cargos de provimento em comissão, simbologia 3-C, de Assessor de Juiz de Direito criados pela Lei nº 15.831, de 12 de maio de 2008, e pela Lei nº 15.975, de 19 de novembro de 2008, que passam a ter a denominação de Assistente I de Juiz de Direito.

**Art. 5º.** O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2012.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Maria Tereza Uille Gomes  
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastiani  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Durval Amaral  
Chefe da Casa Civil



AJB/Prot.11.305.177-9

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo62573_26686.pdf
	anexo62573_26687.pdf

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida  voltar 

Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 11719 - 12 de Maio de 1997

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 5000 de 12 de Maio de 1997

(vide Lei 11969, de 19/12/1997) (vide Lei 12560, de 25/05/1999) (vide Lei 13034, de 03/01/2001)  
(vide Lei 13167, de 21/06/2001) (vide Lei 13429, de 09/01/2002) (vide Lei 13434, de 09/01/2002)  
(vide Lei 13434, de 09/01/2002) (vide Lei 13572, de 29/05/2002) (vide Lei 12560 de 25/05/1999)  
(vide Lei 14807 de 20/07/2005) (vide Lei 11969 de 19/12/1997) (vide Lei 16742 de 29/12/2010)  
(vide Lei 16744 de 29/12/2010) (vide Lei 16748 de 29/12/2010) (vide Lei 16821 de 02/06/2011)  
(vide Lei 16957 de 05/12/2011) (vide Lei 16957 de 05/12/2011)

**Súmula:** Dispõe sobre o quadro de servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** O quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, constituído de cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, fica reestruturado na forma dos anexos I, II, III e IV desta lei.

**Art. 2º.** A denominação, classificação, quantidade e níveis dos cargos e respectivos valores de vencimento, passam a ser os constantes dos preclaudos anexos e respectivas tabelas.

**Art. 3º.** A estrutura funcional da Secretaria do Tribunal de Justiça fica dividida em três grupos ocupacionais:

**I** - Grupo Ocupacional Superior, composto de cargos de assessoramento jurídico e outras atividades, para cujo exercício é exigida formação profissional de nível superior de escolaridade;

**II** - Grupo Ocupacional Intermediário, composto de cargos para cujo exercício é exigido conhecimentos técnicos ou administrativos a nível de segundo grau de escolaridade;

**III** - Grupo Ocupacional Básico, composto de cargos para cujo exercício é exigido conhecimentos técnicos ou administrativos a nível de primeiro grau de escolaridade.

**Parágrafo único.** A descrição das tarefas, atribuições, responsabilidades e demais características de cada cargo serão definidas no Regulamento da Secretaria do Tribunal de Justiça.

**Art. 4º.** Os cargos públicos criados por força do artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, ficam enquadrados na forma desta lei.

**Art. 5º.** O enquadramento dos servidores ativos e inativos fica definido no Anexo IV.

**Parágrafo único.** Aos servidores inativos não contemplados no enquadramento de que trata o caput deste artigo, fica assegurada a percepção de proventos, observado o princípio da irredutibilidade.

**Art. 6º.** Após o enquadramento, a progressão do servidor efetivo na carreira dar-se-á por antiguidade e merecimento.

**I** - a progressão por antiguidade é a passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma carreira, desde que cumprido o interstício de três anos de efetivo serviço no nível em que se encontrava;

**II** - a progressão por merecimento é a passagem do servidor de um nível para o imediatamente

subseqüente, dentro da mesma carreira, desde que cumprido o interstício de um ano de efetivo serviço no nível em que se encontrava.



**Parágrafo único.** O Regulamento da Secretaria do Tribunal de Justiça fixará critérios para avaliação anual de desempenho dos servidores efetivos e definirá o setor responsável pela sua coordenação.

**Art. 7º.** A investidura em cargo de provimento efetivo, após aprovação prévia em concurso público, dar-se-á no nível inicial de vencimento da carreira, na forma do Anexo II.

**Art. 8º.** O número de cargos efetivos e em comissão do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, e seus respectivos vencimentos, ficam definidos nas tabelas I, II, III e IV do Anexo III.

**Parágrafo único.** A remuneração mensal dos cargos em comissão de simbologia AE-1 fica fixada em 2.101,03 (dois mil cento e um reais e três centavos).

**Art. 9º.** O Poder Judiciário oferecerá aos seus servidores, cursos de treinamento e reciclagem, com o objetivo de criar e desenvolver consciência, hábito e informação necessários ao exercício da função pública e aperfeiçoar os seus conhecimentos, estimulando a melhoria do desempenho funcional.

**Art. 10.** À exceção dos integrantes da carreira de Assessor Jurídico, aos demais servidores, ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior, fica assegurada a percepção de verba de representação equivalente a 80% (oitenta por cento) do seu vencimento, a ele integrável para todos os efeitos legais.

**Art. 11.** Os vencimentos dos servidores pertencentes aos quadros do foro judicial, incluídos os cargos enquadrados na forma do artigo 4º, desta lei, guardada a correspondência com a Tabela III do Anexo III, ficam assim fixados:

**Escrivães do Crime:**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Escrivães da Vara da Infância e da Juventude:**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Escrivães das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas:**

Entrância Final	C3
Entrância Intermediária	B11
Entrância Inicial	B7

**Escrivães das Varas de Família:**

Entrância Final	C4
Entrância Intermediária	C1
Entrância Inicial	B8

**Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho:**

Entrância Final	C4
Entrância Intermediária	C1

Entrância Inicial	B8
-------------------	----

**Escrivães das Varas de Direitos de Trânsito, da Vara do Tribunal do Júri e da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios:**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:**

Secretário	E6
------------	----

**Secretários de Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Secretário dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Oficial de Justiça:**

Entrância Final	D4
Entrância Intermediária	D2
Entrância Inicial	C10

**Oficial de Justiça dos Juizados Especiais:**

Entrância Final	D4
Entrância Intermediária	D2
Entrância Inicial	C10

**Porteiro de Auditório da Capital:**

Entrância Final	D4
-----------------	----

**Comissário de Vigilância de Menores:**

Entrância Final	D4
Entrância Intermediária	D2
Entrância Inicial	C10

**Auxiliares de Cartório Criminal:**

Entrância Final	C10
Entrância Intermediária	C7
Entrância Inicial	C3

Entrância Inicial	E2
-------------------	----

**Oficial de Registro de Títulos e Documentos P.J.:**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Oficial de Registro Civil, Nascimento, Casamento e Óbito:**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Escrivão Distrital:**

Entrância Final	E1
Entrância Intermediária	D11
Entrância Inicial	D10

**Oficial Maior - (sede de Comarca)**

Entrância Final	E1
Entrância Intermediária	D11
Entrância Inicial	D10

**Oficial Maior - (Cartório Distrital)**

Entrância Final	D10
Entrância Intermediária	D4
Entrância Inicial	C1

**Escrevente Juramentado - (sede de Comarca)**

Entrância Final	D10
Entrância Intermediária	D4
Entrância Inicial	C1

**Escrevente Juramentado - (Cartório Distrital)**

Entrância Final	C1
Entrância Intermediária	B6
Entrância Inicial	B3

**Art. 13.** Os valores de vencimentos fixados nesta lei serão corrigidos automaticamente de acordo com os reajustamentos do funcionalismo público estadual até a data de sua entrada em vigor.

**Art. 14.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

**Art. 15.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de maio de 1997.



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida, voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 14807 - 20 de Julho de 2005

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 7022 de 20 de Julho de 2005

(vide Lei 15831 de 12/05/2008) (vide Lei 15975 de 19/11/2008) (vide Lei 16742 de 29/12/2010)  
(vide Lei 16957 de 05/12/2011) (vide Lei 16957 de 05/12/2011)

**Súmula:** Incorpora as carreiras constituídas de cargos de provimento efetivo de que trata a Lei nº 11.737/97, ao quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Ficam incorporadas as carreiras constituídas de cargos de provimento efetivo de que trata a Lei 11.737, de 2 de junho de 1997, ao quadro de servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

**Art. 2º.** Fica incorporado ao quadro de servidores do Poder Judiciário, o quadro de cargos de provimento em comissão de que trata a Lei nº 11.737, de 2 de junho de 1997.

**§ 1º.** Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I** – um (1) de Secretário, símbolo DAS-1;
- II** – um (1) de Diretor de Gabinete do Presidente, símbolo DAS-3;
- III** – três (3) de Diretor de Departamento, símbolo DAS-3;
- IV** – um (1) de Diretor da Assessoria de Recursos, símbolo DAS-3;
- V** – um (1) de Supervisor de Transporte e Manutenção, símbolo 2-C;
- VI** – um (1) de Eletrotécnico, símbolo 2-C.

**§ 2º.** Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão e suas respectivas simbologias:

- I** – dois (2) de Assessor de Gabinete do Presidente, DAS-4, em dois (2) de Assessor Judiciário do Presidente, DAS-4;
- II** – um (1) de Assessor de Planejamento, DAS-4, em um (1) de Assessor Administrativo do Presidente, DAS-4;
- III** – um (1) de Assessor de Gabinete do Secretário, DAS-4, em um (1) de Assessor Administrativo do Presidente, DAS-4;
- IV** – cento e trinta e sete (137) cargos de Assessor Judiciário, DAS-4, em sessenta e oito (68) de Assessor de Desembargador, DAS-4, sessenta e oito (68) de Secretário de Desembargador, DAS-4, e em um (1) de Assessor Administrativo do Presidente, DAS-4;
- V** – um (1) cargo de Assessor de Gabinete do Vice-Presidente, DAS-4, em um (1) de Secretário do 2º Vice-Presidente, DAS-4;
- VI** – quatro (4) de Oficial de Gabinete de Desembargador, 1-C, em dois (2) de Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente, 1-C, e em dois (2) de Oficial de Gabinete do Corregedor Adjunto, 1-C.

**Art. 3º.** Ficam criados, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão e suas respectivas simbologias:



- I** – dois (2) de Assessor Jurídico-Administrativo do 2º Vice-Presidente, DAS-5;
- II** – um (1) de Assessor Judiciário do Corregedor-Geral da Justiça, DAS-4;
- III** – um (1) de Secretário do Corregedor Adjunto, DAS-4;
- IV** – um (1) de Assessor Jurídico-Administrativo do Corregedor Adjunto, DAS-5;
- V** – um (1) de Assessor de Recursos, DAS-4;
- VI** – três (3) de Oficial de Gabinete do Presidente, 1-C;
- VII** – um (1) de Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente, 1-C;
- VIII** – um (1) de Auxiliar de Gabinete do 2º Vice-Presidente, 3-C;
- IX** – um (1) de Auxiliar de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, 3-C;
- X** – um (1) de Auxiliar de Gabinete do Corregedor Adjunto, 3-C;
- XI** – cento e quarenta (140) de Oficial de Gabinete de Desembargador, 1-C;
- XII** – sessenta (60) de Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, 1-C.

**Art. 4º.** Os Anexos I e II desta lei passa a integrar o Anexo III da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, ficando renomeados como Tabelas 1 e 2.

**Parágrafo único.** O enquadramento nas carreiras dos grupos ocupacionais correspondentes respeitará a ordem de antigüidade nos níveis a que pertencem os servidores efetivos.

**Art. 5º.** Os cargos criados na forma do art. 3º serão providos à medida da disponibilidade orçamentária e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária específica do Poder Judiciário.

**Art. 7º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

**Art. 8º.** Revogam-se as Tabelas 1 e 2 do Anexo III da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, a Lei nº 11.737, de 2 de junho de 1997 e demais disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 20 de julho de 2005.

*Roberto Requião*  
Governador do Estado

*Maria Marta Renner Weber Lunardon*  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

*Caíto Quintana*  
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo2766_810.pdf

ANEXO II - Continuação

**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - QUADRO CONSOLIDADO**  
(Altera a Tabela 2, Anexo III, da Lei nº 11.719/1997, com as modificações posteriores)

Simbologia	Denominação	Nº de Cargos do TJ	Nº de Cargos do Extinto TA	Situação Proposta TJ
DAS-5	Assistente Técnico do Centro de Documentação	01	00	01
DAS-5	Assessor Especial do Presidente	02	00	02
DAS-5	Assessor Especial do 1º Vice-Presidente	01	00	01
DAS-5	Assessor Especial do Corregedor-Geral da Justiça	01	00	01
1 C	Oficial de Gabinete do Presidente	03	00	11 (3)
1 C	Oficial de Gabinete do 1º Vice-Presidente	06	00	06
1 C	Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente	01	00	03 (2)
1 C	Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente	00	00	01 (3)
1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	08	00	08
1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	00	03 (2)
1 C	Oficial de Gabinete do Secretário	02	00	02
1 C	Oficial de Gabinete do Subsecretário	01	00	01
1 C	Assessor do Diretor de Departamento	09	00	09
1 C	Oficial de Gabinete de Desembargador	94	00	90 (2)
1 C	Oficial de Gabinete de Desembargador	00	00	140 (3)
1 C	Assessor Técnico do Centro de Apoio ao FUNREJUS	01	00	01
1 C	Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	00	00	80 (3)
2 C	Supervisor de Transporte e Manutenção	00	01 (1)	00
2 C	Eletrotécnico	00	01 (1)	00
3 C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	04	01	05
3 C	Auxiliar de Gabinete do 1º Vice-Presidente	03	00	03
3 C	Auxiliar de Gabinete do 2º Vice-Presidente	01	00	02 (3)
3 C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	04	00	05 (3)
3 C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	00	02 (3)
3 C	Auxiliar de Gabinete do Secretário	00	01	01
	<b>TOTAL</b>	<b>288</b>	<b>161</b>	<b>654</b>

Obs: Legenda: (1) cargos extintos; (2) cargos transformados; (3) cargos criados.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 348/2014**

**Projeto de Lei nº. 348/2014**

**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Cria uma Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO VARA JUDICIAL NO FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ. ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA DA LEI ESTADUAL 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003 – CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar uma Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na  
forma e nos casos previstos nesta Constituição.  
(Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do  
Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas  
judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia  
Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de  
Justiça, através de seus órgãos:**

**I - propor à Assembléia Legislativa, observado o  
disposto no art. 169 da Constituição Federal:**

**d) a alteração da organização e da divisão  
judiciárias;**

**e) a criação e extinção de comarcas, varas ou  
distritos judiciários; (Grifos Nossos).**

No que se refere ao impacto financeiro, devemos  
observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº.  
101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa  
estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-  
financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o  
aumento tem adequação orçamentária e financeira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2014 aprovado pela Lei Estadual nº 17.886/2013, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

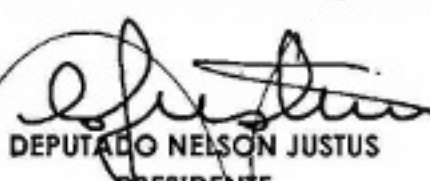
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

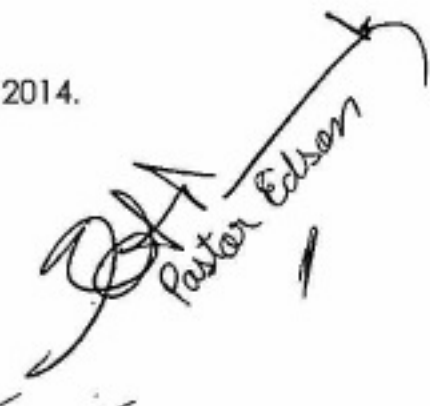
**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de Agosto de 2014.


  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

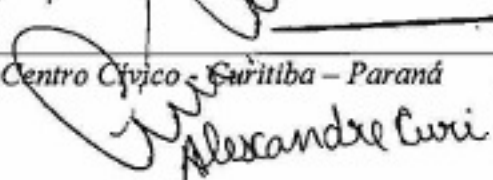
  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
APROVADO

  
Tereza Turini

Prça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Pedro Lupion

  
Alexandre Curi



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 348/14**

**RELATÓRIO**

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 555/2014-GP, e objetiva criar uma Vara Judicial no Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, de entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça visa assegurar a adequada expansão da estrutura funcional e organizacional do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição, atendendo assim a crescente demanda da sociedade por uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

A Constituição Estadual em seu art. 65, assegura ao Presidente do Tribunal de Justiça a iniciativa de leis dessa natureza. Também o art. 101 do mesmo Diploma legal, garante a competência





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pág. 304

privativa do Tribunal de Justiça, para tratar de propostas como a presente.

Insta ressaltar que em relação à questão do impacto financeiro e orçamentário que dispõe a Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta vem acompanhada da declaração subscrita pelo Desembargador Guilherme Luiz Gomes, Presidente do Tribunal de Justiça, de que as despesas decorrentes do presente Plano de Lei, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2014, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Assevera ainda o autor que, em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário da proposta, considerando a criação do cargo de Juiz de Direito e dos cargos de assessoramento, totaliza o valor aproximado de R\$298.857,00 para o exercício de 2014, R\$540.186,00 para o exercício de 2015 e R\$571.703,00 para o exercício de 2016, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

**CONCLUSÃO**

Assim sendo opina-se pela Aprovação do Projeto de Lei nº 348/14, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/08/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI  
RELATOR